

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
QUARAÍ NO PERÍODO DE 2020-2021 DURANTE A PANDEMIA DE
COVID-19**

Aldryne Soares Tavares

Porto Alegre

2021

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
QUARAÍ NO PERÍODO DE 2020-2021 DURANTE A PANDEMIA DE
COVID-19**

Trabalho de conclusão de curso de especialização apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em Administração Pública Contemporânea.

Orientadora: Prof^a .Dr.^a Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt

Porto Alegre

2021

**A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES E GESTORES SOBRE A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
QUARAÍ NO PERÍODO DE 2020-2021 DURANTE A PANDEMIA DE
COVID-19**

Estetrabalhodeconclusãodecursofoijulgado adequado para a obtenção do grau de Especialista em Administração Pública Contemporânea e aprovado em sua forma final pela Orientadora e Banca Examinadora.

Orientadora:Prof.^a. Dr.^a. Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt -UFRGS

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Clézio Saldanha dos Santos -
UFRGS

PortoAlegre, setembro de2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Nidia Soares Tavares (*in memoriam*), a maior incentivadora da educação em minha vida, minha melhor amiga, avó e mãe de coração, a quem devo minha eterna gratidão e que partiu dessa existência no decorrer deste curso de especialização.

Dedico à minha amada mãe, Aradiné Soares Tavares, àquela que com amor e altruísmo nunca mediu esforços para promover oportunidades educacionais e de aprendizado e que muito renunciou para que eu pudesse obter um ensino de qualidade. Ao meu pai, Alceu Lopes da Costa, que sempre incentivou a leitura, conhecimento, crescimento e aprimoramento do intelecto. Ao meu tio, Odacir Soares Tavares, meu amigo e parceiro que sempre apoiou meu intuito de estudar e ampliar o conhecimento.

Aos meus amigos que compreenderam e apoiaram minha ausência durante os longos dias e noites de estudo.

Aos meus queridos professores, ao longo de minha trajetória até aqui, que com seus exemplos e sua paixão pela educação criaram em mim o desejo de aprender e contribuir para uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu Pai Celestial pelo privilégio de dar-me a oportunidade de realizar o sonho de estudar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, provendo os meios e os recursos para que isso se concretizasse.

Agradeço à minha mãe que fez deste, também, um sonho dela e fez tudo a seu alcance para me apoiar nessa jornada.

Agradeço à meus queridos professores da graduação, que me inspiram até hoje a tornar-me uma profissional empática, atualizada e com paixão pela excelência.

À minha orientadora, Jaqueline Bittencourt, que com muita paciência e empatia me guiou e conduziu ao longo da pós-graduação culminando com este trabalho.

Aos profissionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial à Fernanda Bordignon, que com muita atenção e humanidade contribuiu para que eu permanecesse cursando a especialização nos momentos mais desafiadores da trajetória.

À Secretaria da Educação do Município de Quaraí, por fornecer as informações necessárias, através de gestores e professores, para que esta pesquisa pudesse ser concretizada.

À todos àqueles que, ao exercerem com afinco e dedicação seus papéis, especialmente no serviço público, inspiram e elevam a todos que alcançam.

Educação é o poder de pensar claramente, o poder de agir bem no trabalho do mundo, e o poder de apreciar a vida.

Brigham Young

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- As funções administrativas e suas características	18
Quadro 2- Níveis de Planejamento	19
Quadro 3- Objetivos Específicos	35
Quadro 4- População no município de Quaraí	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da Localização de Quaraí	36
Figura 2- Mapa do município de Quaraí-RS.....	37
Figura 3- Sobre o gênero dos respondentes	40
Figura 4- Idade dos Respondentes	41
Figura 5- Estado civil dos respondentes	42
Figura 6- Formação dos respondentes	42
Figura 7- Indicador sobre a pós-graduação dos respondentes	43
Figura 8- Indicador sobre o tempo de serviço dos respondentes.....	44
Figura 9-Indicador sobre as adaptações do Plano Municipal de Educação.....	45
Figura 10-Indicador sobre o treinamento específico recebido na modalidade de ensino remoto.....	46
Figura 11- Indicador sobre a valorização dos profissionais da educação	47
Figura 12-Indicador sobre os desafios em relação à adaptação do ensino remoto	48
Figura 13- Indicador sobre os desafios de caráter pessoal.....	49
Figura 14- Indicador sobre as dificuldades por parte das famílias dos alunos para acompanhar o ensino remoto.....	50
Figura 15-Indicador sobre as dificuldades na aprendizagem dos alunos.....	51

RESUMO

Este estudo aborda a percepção de professores e gestores acerca da implementação do Plano Municipal de Educação de Quaraí entre 2020-2021 no contexto da pandemia. O objetivo da presente pesquisa foi identificar as estratégias implementadas pela Secretaria Municipal de Educação para valorização dos profissionais do magistério da rede pública de ensino para o município de Quaraí no período 2020-2021 diante da pandemia de Covid-19. Trata-se de um estudo qualitativo com abordagem descritiva. Realizou-se levantamento bibliográfico de teóricos da área e observação documental da Lei 3.311/2015, que instituiu o Plano Municipal de Educação do município de Quaraí. Os instrumentos de pesquisa foram a revisão documental, a sondagem de opinião e a entrevista com os gestores. A aplicação de questionário foi realizada com profissionais do magistério de Quaraí e entrevista com o atual grupo de gestão da Secretaria de Educação. Foi constatado diante dos resultados que a maioria dos professores reconhece os esforços realizados por meio da equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação do município de Quaraí. Vê-se entre eles, também que estes, apesar disto, não sentiram-se, em maioria, reconhecidos ou valorizados durante o período de restrições no sistema de ensino durante a pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Administração Pública; Plano Municipal de Educação; Planejamento; Covid-19;

ABSTRACT

This study addresses the perception of teachers and managers about the implementation of the Municipal Education Plan of Quaraí between 2020-2021 in the context of the pandemic. The objective of this research was to identify the strategies implemented by the Municipal Department of Education for valuing teaching professionals in the public school system for the municipality of Quaraí in the period 2020-2021 in view of the Covid-19 pandemic. qualitative with a descriptive approach. A bibliographical survey of theorists in the area and documental observation of Law 3.311/2015, which established the Municipal Education Plan of the city of Quaraí, was carried out. An opinion poll type survey was carried out. A questionnaire was applied to eleven professionals from the Quaraí teaching profession and an interview with the current management group of the Department of Education. It was found in the results that most teachers recognize the efforts made by the management team of the Municipal Department of Education of the municipality of Quaraí. It is also seen among them that these, despite this, did not feel, in the majority, recognized or valued during the period of restrictions in the education system during the Covid-19 pandemic.

Keywords: Public Administration; Municipal Education Plan; Planning; Covid-19.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO.....	16
2.2 FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	17
2.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	18
2.4 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL	19
2.5 PLANO PLURIANUAL.....	21
2.5.1 Plano Plurianual de Educação	23
2.6 OS IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E MUNDIAL.....	26
2.7 OS IMPACTOS DA COVID-19 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ.....	27
2.8 POLÍTICAS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIAS PARA EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES.....	28
2.9 DISPOSITIVOS DE APRENDIZAGEM REMOTA	31
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	33
3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA.....	33
4 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE QUARAÍ- RS	36
4.1 TRABALHO E RENDIMENTO	38
4.2. EDUCAÇÃO EM QUARAÍ	38
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	40
5.1 PERFIL DA AMOSTRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	40
5.2 PERCEPÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	45
5.3 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E GESTORES.....	52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE 1	66
ANEXO 2.....	70

1 INTRODUÇÃO

O ato de planejar é essencial para as organizações, especialmente aos órgãos públicos. Mais do que somente uma exigência prevista em lei, o planejamento é crucial a fim de que os gestores públicos possam estabelecer estratégias e, assim, definir o uso dos recursos materiais, financeiros e humanos com o intuito de atender de forma satisfatória às demandas da sociedade e anseios da população como cidadãos.

As tarefas da administração são importantes em todo o processo de elaboração, execução e avaliação de planos. Os administradores coordenaram o esforço das pessoas para que a instituição, grupo ou movimento chegue, de forma participativa, ao plano global de médio prazo. Com a elaboração dele finalizada, a administração organiza os trabalhos para que os planos menos abrangentes sejam elaborados e para que eles se realizem na prática. A operacionalização que envolve a elaboração de projetos, o acompanhamento, o cuidado para a criação de recursos, são tarefas genuinamente administrativas (GANDIN, 2001).

Misoczky e Guedes (2011) explanam que existem três fases de trabalho no que tange ao planejamento em si, sendo, primeiramente, conceber o plano, acompanhar a ação e revisar criticamente os resultados.

Contudo, diante do contexto atual de pandemia muito do que havia sido planejado e estruturado a fim de implementar para o período vigente teve de ser interrompido, adiado, alterado ou adaptado vista a crise sanitária em que depara-se atualmente.

Acerca do planejamento na área da educação, conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), sabe-se que a crise causada pela Covid-19 resultou no encerramento das aulas em escolas e em universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo (UNESCO, 2020).

As novas normas instituídas a partir de março de 2020, dizem apenas respeito ao calendário escolar, a carga horária obrigatória e a possibilidade de se oferecer atividades letivas não presenciais. Conforme informações da UNICEF (2020) todas as outras questões para garantir o direito à educação a

todos e todas, sem deixar nenhuma menina ou menino para trás, devem ser definidas por cada sistema de ensino.

Segundo a visão de, Alves e Faria (2020), ao compor a trilha de aprendizagem que o aluno será conduzido, o professor faz o papel de curador: aquele que seleciona o que é relevante saber e desenvolve habilidades como: pesquisa, comparação, compreensão, análise crítica e conexão.

Contudo, com a crise provocada pela pandemia de COVID-19, alcançando todas as áreas, a educação foi abruptamente atingida. As aulas presenciais tiveram de ser suspensas e uma nova modalidade de ensino teve de ser adotada.

Medidas de isolamento social para reduzir a contaminação foram tomadas ao redor do mundo, com maior ou menor rigidez. Quase sempre, as primeiras instituições alcançadas por essas medidas são as educacionais, ambientes que mantêm um grande número de indivíduos confinados juntos por longos períodos (SARAIVA, TRAVERSINI E LOCKMANN, 2020).

No Estado do Rio Grande do Sul (RS) ocorreu da mesma forma. O governador Eduardo Leite anunciou a suspensão das aulas da rede a partir do dia 19 de março por meio de um vídeo publicado nas redes sociais em 16 de março (G1 RS, 2020).

Diante do Plano de Educação do município de Quaraí, no interior do Estado do Rio Grande do Sul, a meta de número dez trata acerca da valorização dos profissionais da educação, tão essenciais para a formação dos alunos, onde prevê: Valorizar os (as) profissionais do magistério da rede pública e tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

A fim de compreender a pertinência dessa meta, a presente pesquisa busca descrever o planejamento, os respectivos critérios utilizados para a implementação das metas alcançáveis do Plano Plurianual de Educação (PPA) do município de Quaraí, Rio Grande do Sul, especificamente no período de emergência sanitária compreendido entre 2020-2021. Para tanto, se buscou a resposta para o questionamento: Quais são as estratégias implementadas pela Secretaria Municipal de Educação para valorização dos profissionais do magistério da rede pública de ensino para o município de Quaraí no período

2020-2021 diante da pandemia de Covid-19?

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é identificar as estratégias implementadas pela Secretaria Municipal de Educação para valorização dos profissionais do magistério da rede pública de ensino para o município de Quaraí no período 2020-2021 diante da pandemia de Covid-19.

Como objetivos específicos da pesquisa destacam-se os seguintes:

Relacionar a meta 10 do Plano Municipal de Educação de Quaraí 2015-2025 e a possibilidade de ser implementada no período de pandemia; Investigar entre profissionais do magistério a pertinência da meta de valorização dos professores da rede pública municipal de Quaraí-RS para o período de 2020-2021; Medir a percepção dos professores sobre as dimensões de adaptação no período da pandemia; Entender a percepção da equipe gestora sobre as medidas neste período.

Para tanto, segundo diretrizes do Manual de Apoio à aprendizagem Flexível durante a Interrupção do Ensino Regular da Unesco (2020), ressalva-se que os países devem se esforçar para providenciar modos alternativos de aprendizagem e de educação para crianças e adolescentes, que estejam a frequentar os níveis básico ou secundário de educação e implementar programas de equivalência, reconhecidos e credenciados pelos Estados, de modo a garantirem aprendizagens flexíveis tanto em ambientes formais como não formais, inclusive em situações de emergência.

O tempo de pandemia pelo Coronavírus (COVID-19) trouxe uma ressignificação para a educação, nunca antes imaginada. A dor causada pela perda de pessoas, o afastamento, o isolamento social, causaram uma desestruturação no sistema regular e presencial de ensino. A crise sanitária está trazendo uma revolução pedagógica para o ensino presencial, a mais forte desdeo surgimento da tecnologia contemporânea de informação e de comunicação (PASINI, DE CARVALHO E ALMEIDA, 2020).

Das onze metas estabelecidas no Plano Plurianual de Quaraí para o decênio de 2015-2025 dez tem ligação direta com o ensino presencial e o acompanhamento de indicadores que o isolamento e as novas diretrizes emergenciais impedem de serem mensuradas.

Sob tal ótica, a meta de número dez mostra-se relevante de ser

estudada e acompanhada, visto que a mesma trata acerca da valorização dos profissionais do magistério, estes que foram extremamente atingidos pela crise sanitária, ao terem de reformular sua metodologia de ensino. Cabe ressaltar que a pesquisa a seguir não irá abordar especificamente a segunda parte da meta acerca da remuneração dos professores, e sim, portanto, as estratégias implementadas para a valorização destes diante da situação atual da educação pois sua formação é essencial para a efetividade do ensino e de novas estratégias para execução remota.

Em termos teóricos, o presente estudo mostra-se relevante a fim de esclarecer pontos acerca da implementação de um planejamento estratégico na área da educação, que fora pré-estabelecido, em período emergencial da saúde pública. Tal tema abrange variados tópicos e princípios estudados ao longo do Curso de Especialização em Administração Pública Contemporânea, incluindo o planejamento estratégico, ética, gestão de pessoas e distribuição de trabalho.

Em termos práticos, a pesquisa faz-se importante a fim de destacar aos gestores públicos da Secretaria Municipal de Educação de Quaraí e atores envolvidos no processo de implementação de PPA quais foram os pontos enfatizados no cumprimento dos indicadores constantes no plano e de que forma dá-se a efetivação da meta que trata acerca da valorização dos profissionais da educação.

O estudo faz-se relevante em termos gerais a fim de destacar a premissa de que o planejamento estratégico é essencial para a devida eficiência e eficácia na administração pública, destacando-se a área educacional que é responsável pelo ensino das próximas gerações, para tanto, o que for desenvolvido nesse decênio em que o Plano Plurianual foi estabelecido irá afetas crianças e jovens estudantes a curto, médio e longo prazo.

A investigação possui abordagem qualitativa, com finalidade analítica descritiva. Portanto, realizou-se levantamento bibliográfico de teóricos da área e observação documental da Lei 3.311/2015, que instituiu o Plano Municipal de Educação do município de Quaraí. Realizou-se a aplicação de questionário a profissionais do magistério de Quaraí e entrevista com o atual grupo de gestão

da Secretaria de Educação, pois tais atores foram diretamente afetados diante do cenário atual de restrições sanitárias para o ensino, o que complementou a investigação e contribuiu para responder ao problema de pesquisa.

Foi constatado diante dos resultados que a maioria dos professores reconhece os esforços realizados por meio da equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação do município de Quaraí. Vê-se entre eles, também que estes, apesar disto, não sentiram-se, em maioria, reconhecidos ou valorizados durante o período de restrições no sistema de ensino durante a pandemia de Covid-19.

A seção a seguir irá trazer conceitos e referencial teórico essencial para a compreensão da temática e alcance dos objetivos propostos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo trará o referencial teórico e a fundamentação que norteia esta pesquisa trazendo referências de autores que são pertinentes a fim de alcançar os objetivos propostos.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO

A fim de compreender os temas propostos e de que forma as funções administrativas e o planejamento contribuem para a educação, faz-se necessária a explorar breves conceitos acerca de administração pública e gestão.

Um dos teóricos pioneiros no estudo da administração pública foi Wilson (1885), influente professor, acadêmico e político que mencionou que “o negócio do governo é organizar o interesse comum contra os interesses especiais” (pg. 290) . Para o autor, a administração pública vem a ser a parte mais óbvia do governo, é o governo em ação, é o executivo, o operacional, o lado mais visível do governo e, de fato, é tão antigo quanto o próprio governo (WILSON, 1885 pg.198).

Já para Amato (1971) a administração pública trata-se da gestão dos bens e de interesses qualificados da comunidade, agindo conforme os preceitos do direito e da moral, visando ao bem comum.

Sob concepções mais contemporâneas acerca do conceito de administração pública, Di Pietro (2012) evidencia as incumbências da Administração Pública, órgãos que a compõem e funções que lhe são sujeitas, onde a autora cita:

Em sentido amplo, a Administração Pública, subjetivamente considerada, compreende tanto os órgãos governamentais, supremos, constitucionais (Governo), aos quais incumbe traçar os planos de ação, dirigir, comandar, como também os órgãos administrativos, subordinados, dependentes (Administração Pública, em sentido estrito), aos quais incumbe executar os planos governamentais; ainda em sentido amplo, porém objetivamente considerada, a Administração Pública compreende a função política, que traça as diretrizes governamentais e a função administrativa, que as executa (DI PIETRO, 2012).

Já conceito de gestão está alinhado à administração pública e segundo Santos (2014) trata-se do planejamento, a organização, a direção e o controle dos bens e interesses públicos, agindo de acordo com os princípios administrativos, visando ao bem comum, por meio de seus modelos delimitados no tempo e no espaço.

Conforme Paludo (2012) o sentido amplo do conceito de administração pública compreende tanto o governo - responsável por tomar as decisões políticas - a estrutura administrativa em si, assim como à administração - que executa tais decisões. Acerca do sentido estrito trata-se apenas as funções administrativas relacionadas à execução dos programas de governo, prestação de serviços e demais atividades.

No que tange à educação, vê-se portanto que a questão da gestão no ambiente escolar, a que esta pesquisa se dedica a analisar, pode-se referir a este termo como compreensível num sentido abstrato, ao passo que se refere ao funcionamento escolar, em suma, em planejar, dirigir, executar e controlar os temas referentes ao ensino e aprendizagem.

O próximo tópico irá abordar as funções administrativas e sua relevância na administração pública.

2.2 FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

As funções administrativas conhecidas também como ciclo PDCA, partindo das iniciais inglesas para formar a sigla: Plan, Do, Check , Action (sendo, planejar, executar, verificar e agir corretivamente).

Silva (2013, p.6) menciona que tanto a teoria da organização quanto a da administração são conceitos que se relacionam com proximidade. Faz-se essencial para o gestor ou equipe gestora, compreender os trabalhos de uma organização a fim de ser eficaz em seus papéis administrativos ao cumprir tais funções.

No quadro abaixo pode-se observar as funções administrativas e suas distintas características.

Quadro 1- As funções administrativas e suas características

Planejamento	Organização	Direção	Controle
<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer objetivos e missão; • Examinar as alternativas; • Determinar a necessidade de recursos, • Criar estratégias para alcance dos objetivos organizacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Delinear cargos e tarefas específicas • Criar estrutura organizacional; • Definir posição de <i>staff</i>; • Coordenar as atividades de trabalho; • Estabelecer políticas e procedimentos • Definir a alocação de recursos da organização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conduzir e motivar empregados na realização de metas organizacionais • Estabelecer comunicação com os trabalhadores • Apresentar solução de conflitos; • Gerenciar mudanças na organização. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o desempenho dos empregados; • Estabelecer comparação do desempenho com os padrões; • Tomar as medidas necessárias para a melhoria do desempenho da organização.

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Silva (2013,p.10)

O tópico a seguir irá abordar o planejamento estratégico e suas aplicações.

2.3 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Sob a visão de Oliveira (2007, pg.18) o planejamento estratégico é o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela organização, visando ao otimizado, grau de interação com os fatores externos – não controláveis- e atuando de forma inovadora e diferenciada.

Conforme Barroso (2017, pg.43) no nível estratégico, a função básica é traduzir as incertezas de um ambiente altamente dinâmico, visando o estabelecimento de objetivos. Por meio de atividades de planejamento, organização e controle, de maneira coordenada, pretende-se atingir os macro-objetivos da organização. Tais decisões, tomadas de forma estratégica, são, geralmente, de longo prazo e tomadas por meio da equipe gestora da organização. Por esta razão, estas resultam em atos cujos efeitos tendem a

ser duradouros e de difícil reversão.

O quadro abaixo exemplifica os níveis de planejamento:

Quadro 2- Níveis de Planejamento

Posicionamento	Conteúdo	Prazos	Amplitude
Estratégico	Genérico, sintético e abrangente	Longo	Macroorientado Aborda a organização como um todo
Tático	Menos genérico e mais detalhado	Médio	Aborda cada unidade da organização separadamente
Operacional	Detalhado, específico e analítico	Curto	Microorientado, aborda apenas cada tarefa ou operação

Fonte: Elaborado pela autora adaptado de Barroso (2017)

Vê-se que o planejamento estratégico é, portanto, mais abrangente, contemplando um prazo maior que os demais posicionamentos. Nesse intuito, cabe abordar o tópico do Planejamento Governamental no Brasil, a fim de compreender de que forma esse contexto histórico repercute no planejamento no âmbito da educação, o qual trata o tópico a seguir.

2.4 PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL NO BRASIL

Segundo o Ministério da Economia, o planejamento pode ser entendido como o exercício de escolha consciente de ações que aumentem as chances de obter um resultado específico. Os critérios de elaboração e consolidação de métodos de planejamento opõem-se à improvisação buscando guiar as decisões do gestor para a organização através dos dados existentes e informações disponíveis (BRASIL, 2015).

Castor e Suga (1988) mencionam que entre as inúmeras definições de planejamento existentes, pode-se escolher uma adequada ao grau de abstração que é desejado: planejamento é o exercício sistemático da antecipação.

A fim de que se possa obter um resultado legítimo, conforme menção do

Ministério da Economia Brasileiro (2015), é preciso conhecimento aprofundado sobre as razões do estágio de desenvolvimento nacional, as formas de operação do Estado e as circunstâncias e possibilidades políticas de atuação.

O planejamento governamental no Brasil está diretamente ligado à própria criação do Estado Brasileiro e a forma como está constituído, de acordo com suas determinadas estruturas. Ao longo do tempo, o planejamento foi consolidado por meio de Planos de Desenvolvimento. De Toni (2016) argumenta que além do aspecto recém citado, ressalta-se que esse planejamento, em termos conceituais, foi pautado por forte viés econômico, muitas vezes associado a práticas de intervenção estatizante e autoritária.

Dentre as formas de planejamento existentes, pode-se observar o Planejamento Normativo Tradicional, Planejamento Estratégico Situacional (PES) e o Planejamento Participativo. Conforme Misoczky e Guedes (2011) o Planejamento Normativo Tradicional tem suas bases no planejamento econômico. Daí decorre uma cultura de planejamento que outorga à técnica e à teoria econômica um papel preponderante e que se impõe sobre outras considerações sociais e políticas. Planejar seria, então, uma tarefa especializada reservada àqueles que dominam técnicas quantitativas e definem medidas de intervenção de modo supostamente imparcial e objetivo.

A cada ano, será realizada uma avaliação do processo de andamento das medidas a serem desenvolvidas durante o período quadrienal – não só apresentando a situação atual dos programas, mas também sugerindo formas de evitar o desperdício de dinheiro público em ações não significativas. Sobre esta avaliação é que serão traçadas as bases para a elaboração do orçamento federal anual.

Segundo Oliveira (2007) a atividade de planejamento estratégico é complexa em decorrência de sua própria natureza, qual seja, a de um processo contínuo de pensamento sobre o futuro, desenvolvido mediante a determinação de estados futuros desejados e a avaliação de cursos de ação alternativos a serem seguidos para que tais estados sejam alcançados. Tudo isso, portanto, resulta em um processo decisório permanente, acionado dentro de um contexto ambiental interdependente e mutável.

Para tanto, Misoczky e Guedes (2011) citam que o administrador deve decidir considerando um número limitado de informações que possibilite a identificação dos problemas e algumas soluções alternativas. Essa concepção da racionalidade limitada está subjacente no método do Planejamento Estratégico Situacional (PES).

Conforme Matus (1993), o Planejamento Estratégico Situacional é, inequivocadamente, o método mais adequado para lidar com a complexidade dos problemas quase-estruturados, pois nele “[...] a realidade planejada não tem data de início e de término, e os problemas que ela gera são relativos à situação dos atores que nela coexistem”. Nessa realidade “[...] as soluções ótimas devem dar lugar a soluções satisfatórias que reconhecem a continuidade dos problemas sociais no tempo.” (Matus , 1993, p. 79).

2.5 PLANO PLURIANUAL

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 165, criou um conjunto de normas a fim de regulamentar o processo orçamentário federal através da criação de novos instrumentos legais, sendo estes: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Em seu parágrafo primeiro, o artigo citado menciona que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Conforme citado por Conti (2010), o PPA compreende a elaboração das orientações estratégicas de governo, na qual se analisam as prioridades, as estratégias que se pretendem adotar para cumprir os compromissos assumidos, tendo em vista os meios e recursos disponíveis.

A formulação de planos e de políticas públicas deve buscar, de forma ampla, o bem-estar coletivo, atuando com papel de centralidade para o desenvolvimento de uma determinada região. De tal forma, como citam Menon e Gonzaga (2017), o processo de planejamento envolve, além de estimativas, a

avaliação de possíveis caminhos a serem seguidos na implementação de políticas públicas. Portanto, os programas de governo estabelecidos para um ciclo político devem estar alinhados com os anseios e necessidades da coletividade inserida em um determinado espaço geográfico.

Nesse contexto em que o Plano Plurianual mostra-se um importante instrumento legal de controle, planejamento e acompanhamento de ações, desde que hajam os requisitos mencionados por Do Nascimento *et.al* (2013), onde:

O PPA é dividido em planos de ações, e cada plano deverá conter: objetivo, órgão do Governo responsável pela execução do projeto, valor, prazo de conclusão, fontes de financiamento, indicador que represente a situação que o plano visa alterar, necessidade de bens e serviços para a correta efetivação do previsto, ações não previstas no orçamento da União, regionalização do plano, etc (Do Nascimento *et al*, 2013).

O processo de elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento governamental requer a capacidade de expressar com maior veracidade a responsabilidade do Governo para com a sociedade. Essa premissa dá-se devido ao fato de que tais instrumentos devem claramente indicar os objetivos perseguidos pela população a qual o governo representa (SILVA, 2009).

Segundo o documento que institui o Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Sul que está vigente, Elaboração de Planos Plurianuais Municipais (2018-2021), o PPA faz o intermédio entre o projeto de governo eleito no ano anterior ao de sua elaboração e os orçamentos anuais. Tudo o que constar na LDO e na LOA deve estar, inicialmente, no PPA. Fazendo uma simplificação, a LDO e a LOA devem ser uma parte do PPA que será executado em um ano.

Ainda que, dando segmento as diretrizes legais e teóricas todos os projetos que os Planos Plurianuais apresentem sejam relevantes e essenciais para a manutenção e constância do desenvolvimento socioeconômico, dentro dele já são estabelecidos projetos que possuem maior prioridade para serem realizados. O fato de que o PPA apresente metas e estratégias mensuráveis faz com que o controle do instrumento e o acompanhamento de resultados seja mais controlável, realista e personalizado.

O tópico a seguir irá abordar uma das temáticas prioritárias do

planejamento federal, a educação.

2.5.1 Plano Plurianual de Educação

O Plano Plurianual de Educação é um documento editado periodicamente, através de lei, que compreende desde diagnósticos sobre a educação brasileira até a proposição de metas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento do setor. Projetos e ideias de “planos educacionais” existem desde a década de 1930 no Brasil, mas o primeiro plano a nível nacional foi oficializado apenas em 1962. Desde então, seguiram apenas planos menores, com foco em setores ou localidades específicas.

Legalmente está contido na Constituição de 1998 onde em seu artigo 214 cita:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – melhoria da qualidade do ensino;

IV – formação para o trabalho;

V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

O Art. 211 da Constituição determina que a organização dos sistemas de ensino será feita em colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. O parágrafo 2º estabelece que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, enquanto o parágrafo 3º determina que os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. Nos parágrafos seguintes, há dispositivos que determinam como será redistribuída a verba destinada à educação entre a União e os entes federativos (BRASIL, 1988).

Garcia, Castro e Neto (2016) abordam que o Plano Nacional de Educação deve, em princípio, criar as condições necessárias para assegurar o direito à educação e induzir os entes subnacionais para elaborar os planos estaduais, distritais e municipais com o mesmo intuito. Esses planos desempenham papel substancial na configuração do SNE, que exige, ao mesmo tempo, firme coordenação nacional, sem, contudo, desconsiderar a autonomia relativa dos entes federados na formulação da política educacional.

O Governo Federal (2019) por meio de instrumento digital que responde às perguntas frequentes de cidadãos, cita o seguinte a respeito da função do Plano Plurianual de Educação a nível nacional:

O Plano Nacional de Educação, decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024. É um plano diferente dos planos anteriores; uma das diferenças é que esse PNE é decenal por força constitucional, o que significa que ultrapassa governos. Tem vinculação de recursos para o seu financiamento, com prevalência sobre os Planos Plurianuais (PPAs). O amplo processo de debate, que começou na CONAE 2010 e culminou com sua aprovação pelo Congresso Nacional, reforça o caráter especial e democrático desse PNE (Brasil, 2019).

Indo ao encontro dessa posição, Cabral Neto (2014) menciona que o Plano Nacional de Educação deve garantir, ao mesmo tempo, a unidade nacional e as peculiaridades regionais e locais; deve ser capaz, sobretudo, de articular democraticamente os vários níveis de governo para proceder as mudanças necessárias nos sistemas educacionais.

Compreende-se que a conjuntura que envolve a elaboração e a implementação do PPA, possibilita identificar ações que corroboram para a construção de um modelo inovador de gestão pública. Nessa perspectiva, a gestão pública estaria orientada a obter resultados que contemplam o desenvolvimento social, por intermédio da execução do planejamento governamental, que se utiliza do conjunto de desafios, convertido em ações programadas, interligados aos anseios da sociedade e compatíveis com os recursos e objetivos expressos pelo Ente Público (MENON;GONZAGA, 2017).

É possível afirmar que o Plano Plurianual integra a política de descentralização do governo federal, já prevista em Constituição vigente. Assim sendo, nas diretrizes de cada plano, é essencial que haja a participação das demais esferas da administração pública, que sem dúvida possuem mais

conhecimento acerca dos problemas e desafios que são necessários enfrentar para o desenvolvimento sustentável local.

O documento foi elaborado no ano de 2009-2010, onde ocorreu a Conferência Nacional de Educação (CONAE/2010), a qual deliberou bases e diretrizes para o atual PNE, como apontam Barbosa et al (2014). Em junho de 2014 o novo PNE foi elaborado, resultado do Projeto de Lei nº 8.035, com duração de 10 anos de 2014 a 2024.

Conforme os autores Bauer e Severino (2015) o Plano Nacional de Educação se constitui num conjunto de diretrizes galvanizadas pelas políticas públicas para educação, do aparato legislativo e das condições estruturais e materiais necessários ao seu financiamento e ao consequente alcance das metas estabelecidas. Obedece ao preceito constitucional de que a educação é um direito universal e que todos devem ter a oportunidade de acesso e permanência na escola.

O PNE constitui-se como um marco importante para educação pública brasileira, sendo resultado de lutas e reivindicações da sociedade brasileira. Sob a visão de Barbosa et al (2014):

Foram elaboradas inúmeras versões do texto, demandando permanente mobilização da sociedade civil, a qual não se furtou à participação organizada e vigilante na tentativa de assegurar concepções, princípios e ações em favor de uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade. O Plano Nacional de Educação estabelece metas e estratégias a serem alcançadas no campo educacional no decênio de 2014-2024, sendo no total vinte (20) metas e 254 estratégias, para que se possa alcançar uma educação de qualidade e desejada por todos.

Considerando a educação como um direito social fundamental e uma prática social que permeia as relações humanas, as ações necessárias ao seu desenvolvimento e sua garantia, na perspectiva assinalada, exigem um consistente e coerente processo de planejamento (SOUSA, 2011).

Calazans (2009) ressalta que o planejamento da educação é estabelecido a partir de regras da base estrutural da produção capitalista. Dessa forma, incorpora as formas, os fins, as capacidades e os domínios do modelo do capital monopolista do Estado. De acordo com essa autora, o planejamento, como uma forma de intervenção do Estado na sociedade apresenta-se como um importante canal de medidas mantenedoras do status

quo e que agravam a perversa situação de desigualdade social e violência na qual os excluídos são as maiores vítimas.

No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, foram emitidos decretos para adaptar as possibilidades de ensino ao contexto da pandemia, incluindo o parecer CNE/CP nº 05/2020 destaca-se que ponto-chave ao se discutir a reorganização das atividades educacionais por conta da pandemia situa-se em como minimizar os impactos das medidas de isolamento social na aprendizagem dos estudantes, considerando a longa duração da suspensão das atividades educacionais de forma presencial nos ambientes escolares.” (CNE, 2020, p. 4). Os municípios, portanto, ao aderir ao parecer adaptaram-se ao estabelecido pelo governo estadual diante das particularidades que o ensino remoto possibilita.

2.6 OS IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E MUNDIAL

A COVID-19 avança em todos os continentes, em diferentes culturas e nacionalidades. Conforme citam Cruz *et. al* (2020), a situação impõe necessidades de contenção e isolamento de comunidades e pessoas para minimizar o crescimento exponencial do número de pessoas infectadas.

Para Grossi, Minoda e Fonseca (2020), o diferencial desta pandemia para as outras do passado, é que hoje as condições de saneamento e o conhecimento científico são mais avançados em relação à época das pandemias do passado, fazendo com que as mudanças sejam menos visíveis inicialmente, mas, já se pode perceber o prejuízo na economia mundial, até porque os avanços no sistema de transporte proporcionam uma rapidez na locomoção das pessoas, fazendo com que o vírus viaje a uma velocidade muito maior que no passado, levando o vírus a outros países e continentes em questão de horas.

Trata-se acerca da pandemia como a maior crise sanitária de que o mundo já teve notícia. Cerca de 190 países tiveram escolas total ou parcialmente fechadas, num processo que atingiu cerca de 1,5 bilhão de alunos. O Brasil foi um deles e, desde meados de março de 2020, as crianças

e adolescentes não vão às aulas. Neste Desafios da Educação no Brasil após a COVID-19 contexto, há um grande risco de um aumento expressivo de desigualdades educacionais e de agravamento geral da crise de aprendizagem, conforme cita Colin (2020).

O tópico a seguir irá abordar os impactos da COVID-19 no Estado do Rio Grande do Sul e no município de Quaraí.

2.7 OS IMPACTOS DA COVID-19 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E NO MUNICÍPIO DE QUARAÍ

Observa-se os esforços de governos, profissionais de diferentes especialidades, empresas e um conjunto de pessoas genuinamente interessadas em contribuir na assistência, segurança e provimento de recursos necessários à redução da velocidade de difusão da doença e na mitigação de seus resultados na saúde das pessoas. Por outro lado, verifica-se que as políticas e ações de prevenção da contaminação e de redução de danos não conseguem alcançar as comunidades periféricas das cidades. Nelas, a alta densidade populacional por metro quadrado e as condições sanitárias são precárias, facilitando a rápida contaminação pela COVID-19 (Cruz et. Al 2020).

A necessidade de ações para contenção da contaminação do coronavírus causou mudanças de comportamentos nos mais diversos segmentos da sociedade, tais como, no lazer, no trabalho, na mobilidade, na convivência social e na educação. (GROSSI, MINODA E FONSECA, 2020).

No município de Quaraí houve, inicialmente, a instituição de um Decreto Municipal datado de 16 de abril de 2020 notificando estado de calamidade pública no município onde:

Art 1º- Fica reiterado o estado de calamidade pública no município de Quara, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19, declarado pelo Decreto Municipal nº 013, de 20 de março de 2020, pelo mesmo período que perdurar a calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, declarada pelo Decreto Estadual nº 55.154, de 1º de abril de 2020 (QUARAÍ, 2020).

Nesse sentido, vê-se que o município respeitou às restrições impostas

pelo Governo Estadual. Isso na época acarretou o fechamento imediato das escolas, estabelecimentos comerciais podendo apenas manter-se o funcionamento de serviços essenciais como supermercados, farmácias e postos de combustível.

Enquanto o decreto manteve-se em vigor foram respeitadas, em suma, as diretrizes de restrição. Na educação do município, por exemplo, os profissionais passaram a realizar aulas de forma virtual, segundo diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, após o período de quarentena. Novas estratégias tiveram de ser adotadas, novos planos de ação foram criados a partir do período emergencial em que o município se encontrava, diante da crise mundial.

Os profissionais da educação passaram então a contar de forma agora mais enfática com o suporte das famílias dos alunos e de um esforço redobrado destes para propiciar que o sistema de ensino-aprendizagem fosse efetuado.

A próxima sessão irá tratar acerca das políticas sociais para a educação, em especial, a valorização dos professores.

2.8 POLÍTICAS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIAS PARA EDUCAÇÃO: VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES

No artigo 208 da Constituição Federal, lê-se que: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, CF/88, Art. 206, Inc. IV). Os incisos V e VIII do Artigo 206 versam sobre a valorização do profissional da educação, assegurando: [...]

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; [...] VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, CF/88, Art. 208, Inciso V; VIII).

Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, Lei 11.738/08, art. 2º).

Huberman (2000, pg. 31-61), em seus estudos acerca dos ciclos de carreira do profissionais da educação, categoriza em fases e etapas básicas, conforme os anos de experiência, onde nomeia que:

entrada na carreira (um a três anos de docência): fase de sobrevivência, descoberta e exploração; b) estabilização (quatro a seis anos): sentimento de competência e pertença a um corpo profissional; c) diversificação ou questionamentos (sete a 25 anos): estágio de experimentação, motivação, busca de novos desafios e/ou momento de questionamentos e reflexão sobre a carreira; d) serenidade e distanciamento afetivo e/ou conservadorismo e lamentações (25 a 35 anos): pode levar ao conformismo ou ao ativismo; e, por fim, f) fase de desinvestimento, recuo e interiorização (35 a 40 anos): pode ser sereno ou amargo. (HUBERMAN, 2000)

Sob a ótica de Pasini, Carvalho e Almeida (2020), o tempo de pandemia pelo Coronavírus (COVID-19) trouxe uma ressignificação para a educação, nunca antes imaginada. A dor causada pela perda de pessoas, o afastamento, o isolamento social, causaram uma desestruturação no sistema regular e presencial de ensino. A crise sanitária está trazendo uma revolução pedagógica para o ensino presencial, a mais forte desde o surgimento da tecnologia contemporânea de informação e de comunicação.

No que tange às diferentes fases pelas quais passa o professor na tarefa de aprender e ensinar, o autor Marcelo García (1995,p.55) se refere a esta como período de iniciação, formação inicial e desenvolvimento profissional. Este menciona que este último conceito é o que melhor corresponde à concepção atual do professor sendo um profissional de ensino.

Acerca desse conceito de desenvolvimento profissional, Rossi e Hunger mencionam:

A noção de desenvolvimento profissional defendida pelo autor Marcelo García (1995) traz consigo uma ideia de evolução e de continuidade (superando a justaposição entre formação inicial e aperfeiçoamento dos professores), assim como pressupõe uma valorização dos aspectos contextuais, organizacionais e orientados para a mudança, numa tentativa de superação do caráter individualista nas atividades de formação continuada dos professores, colocando a ênfase na dimensão participativa (ativa) dos professores. (ROSSI E HUNGER, 2012).

Em relação ao gênero, e como estes podem interferir no processo de ensino-aprendizagem, Scott (1994) menciona que os significados femininos e masculinos definem as relações entre professores/as e alunos/as no espaço escolar e no sindicato da categoria docente. Para a autora, eles podem se basear nas distinções entre os sexos, contudo indicam, além disso, uma construção social – com base em tais diferenças – que ajuda a explicar as relações de poder que definem a divisão sexual do trabalho e a inserção das mulheres em profissões ligadas a funções consideradas femininas e socialmente mais desvalorizadas.

Vianna (2002) cita que não existe relação direta entre vida pessoal e atividade profissional. Os significados inovadores do que é ser homem e ser mulher na vida privada não redundam necessariamente em ressignificações do masculino e do feminino no campo da configuração da identidade docente.

Nesse contexto, na visão de Costa (2013), independentemente do gênero dos professores, suas formas de atuação e as tecnologias utilizadas sejam móveis, digitais e conectadas são também ferramentas do aluno, como argumenta não servem a transmitir conhecimento, mas potencializam as possibilidades do aluno, bem orientado pelo professor, a acessar informações que podem ajudá-lo a construir seu próprio conhecimento. De tal modo, as tecnologias agora não são mais ferramentas para o professor ensinar, mas dispositivos coletivos e colaborativos que facilitam a construção de aprendizagem.

Além disso, a tecnologia vem se mostrando útil aos docentes, como apontam Costin *et.al* (2020), possibilitando-lhes trabalhar com dados sobre o que aprende cada aluno, de forma a desenvolver estratégias mais efetivas de ensino. Neste sentido, o uso de plataformas adaptativas, que permitem identificar mais precisamente as insuficiências de aprendizagem de cada estudante e o seu direcionamento aos conteúdos que suprirão as lacunas

identificadas, poderão ser particularmente importantes para apoiá-los.

O próximo tópico irá tratar desses dispositivos que, a médio e longo prazo faz-se importante para a implementação de novos dispositivos de aprendizagem por parte de profissionais do magistério em seu modo de ensino.

2.9 DISPOSITIVOS DE APRENDIZAGEM REMOTA

Conforme Martins e Almeida (2020), no Brasil, a utilização dos artefatos tecnológicos na educação básica ganhou força com a pandemia de Covid-19. Tal força pode ter repercussões complexas para os múltiplos entrelaçamentos da educação brasileira. Desde o bom dia ao boa noite, as táticas de comunicação foram diversas e intensas: mensagens de texto, áudios, chamadas de vídeo, lives, reuniões on-line, videoaulas, defesas de teses e dissertações transmitidas em redes sociais, entre outras. Estivemos em quarentena, mas estivemos também, em intenso processo comunicativo no ciberespaço.

O ensino remoto tem deixado suas marcas. Para o bem e para o mal. Para o bem porque, em muitos casos, permite encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares emergem em alguns espaços, rotinas de estudo e encontros com a turma são garantidos no contexto da pandemia. Santos (2020) explica que para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizam os potenciais da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos. Adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias. Para o nosso campo de estudos e atuação, a reatividade que essa dinâmica vem causando compromete sobremaneira a inovação responsável no campo da educação na cibercultura.

Para Quintas-Mendes et al. (2010) acerca da comunicação mediada por meios tecnológicos a distância, divergindo da visão pessimista, pode apresentar uma coloração socioemocional muito forte, em muitos aspectos não inferiores à comunicação face-a-face, sendo bastante favorável à criação de comunidades de aprendizagens com relações sociais fortes e desempenhos de

tarefa comparáveis à comunicação presencial.

Sob a ótica de Bacich (2015), houveram grande parte dos professores que se inseriram no mundo tecnológico tendo uma distinta forma de ensino onde cita:

A maioria dos professores imigrantes digitais que se inseriram no mundo da tecnologia, têm uma forma de ensinar que nem sempre está em sintonia com o modo como os nativos aprendem melhor, ou, pelo menos, que lhes desperta maior interesse. (BACICH, 2015, p.31)

A próxima seção irá tratar acerca da metodologia utilizada na presente pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção é definido tipo de pesquisa, o método escolhido, a técnica de coleta de dados, a população e a amostra, aplicação do instrumento de coleta de dados e técnica de análise dos dados que deverão ser adotados na pesquisa. A seguir, apresentam-se os itens acima citados que definem o método utilizado na presente pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

A ideia desta pesquisa partiu do intuito da pesquisadora de abordar o planejamento estratégico do plano plurianual de educação do município de Quaraí, este formulado sob um contexto histórico diferente do qual se encontra atualmente.

A fim de investigar a pertinência do cumprimento das metas propostas, especialmente a que diz respeito à valorização dos profissionais do magistério.

Contudo, este estudo não teve o intuito de explorar tal meta no tocante ao piso salarial dos professores, mas nos métodos e iniciativas tomadas a fim de capacitar, motivar, preparar e, sobretudo, auxiliar os educadores a lecionar classes aos alunos diante de uma pandemia que vem afetando continuamente o ensino e a aprendizagem.

A definição dos objetivos deu-se por meio da reflexão ao observar o Plano Plurianual de Educação 2015-2025 e observar que a grande maioria das metas tornar-se-ia inviável diante da crise sanitária provocada pela Covid-19.

A presente pesquisa trata-se de um estudo qualitativo. Segundo Denzin e Lincoln (2006, pg15-41) a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Nesse intuito, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

Quanto ao método de aferição se trata de uma análise documental. Este método constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Tal análise realizou-se no Plano Municipal de Educação de Quaraí 2015-2025.

Para obter resultado acerca do objetivo de relacionar a meta 10 do Plano Municipal de Educação de Quaraí 2015-2025 e a possibilidade de ser implementada no período de pandemia e investigar entre profissionais do magistério a pertinência da meta de valorização dos professores da rede pública municipal de Quaraí-RS para o período de 2020-2021 realizou-se sondagem de de opinião.

A sondagem foi realizada com professores da rede pública básica de ensino, os quais foram escolhidos através de amostra não-probabilística pelo critério de acessibilidade, contemplando um total de 11 professores, visto que são os profissionais do magistério que estiveram atuando ou/e foram afetados em suas profissões durante o período de pandemia.

Para obter uma visão a partir da Secretaria de Educação do município de Quaraí, foi aplicado uma entrevista via Whatsapp com a coordenadora responsável pela adesão do município à modalidade de ensino remoto. As questões feitas baseam-se nos indicadores já explorados acima, sendo: implementação do ensino remoto, desafios e pontos positivos dessa modalidade, capacitação e valorização dos profissionais da educação em Quaraí.

Quadro 3- Objetivos Específicos

Objetivos	Instrumento de Coleta	Forma de análise
Analisar o Plano Municipal de Educação	Revisão Documental	Escolha das Metas que relacionam o trabalho docente
Relacionar a meta 10 do Plano Municipal de Educação de Quaraí	Sondagem de opinião com professores que atuam no município	Discutir quais seriam os aspectos que se relacionam entre o planejado e o executado neste período de pandemia.
Investigar entre profissionais do magistério a pertinência da meta de valorização dos professores da rede pública municipal de Quaraí-RS para o período de 2020-2021	Sondagem de opinião com professores que atuam no município	Investigar categorias que revelem a percepção dos professores.
Medir a percepção dos professores sobre as dimensões de adaptação no período da pandemia	Sondagem de opinião com professores que atuam no município	Identificar categorias que revelem a percepção dos professores
Entender as percepção da equipe gestora sobre as medidas neste período	Entrevista com a equipe gestora	Evidenciar as ações a partir da mantenedora e a equipe de gestão

Fonte: esta pesquisa

Conforme Gil (1999) o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

A fim de analisar os dados coletados, foi realizada análise documental no Plano Plurianual para alcançar o primeiro objetivo proposto neste estudo de relacionar a meta 10 do Plano Municipal de Educação de Quaraí e a possibilidade de ser implementado durante o período de pandemia.

4 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE QUARAÍ- RS

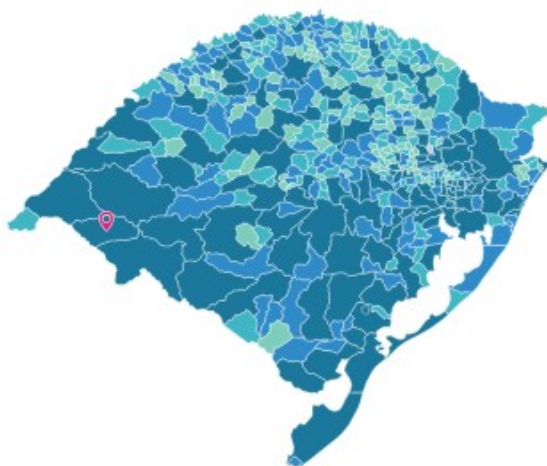
Quaraí, é município da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, está localizado a 30 (trinta) graus, 23 (vinte e três) minutos e 17 (dezessete) segundos da latitude e 56 (cinquenta e seis) graus, 29 (vinte e nove) minutos e 56 (cinquenta e seis) segundos de Greenwich. Possui uma área de 3,238 Km² e população estimada em cerca de 22.531 habitantes (Quaraí, 2021).

O município de Quaraí faz fronteira com o município de Artigas/Uruguai e possui como limites os municípios de Uruguaiana, Alegrete, Rosário do Sul e Santana do Livramento.

A economia continua fortemente baseada na tradição pecuarista. Na agricultura o destaque é para o plantio de arroz, que ocupa uma área superior a 8.500 hectares, mas o comércio e a indústria já são responsáveis por uma grande parcela na arrecadação de impostos, com algumas oscilações em decorrência da cotação do peso uruguaio que tende a variar com determinada frequência.

A Ponte Internacional da Concórdia inaugurada em 3 de abril de 1968 e, construída em suave curva numa extensão de 750 metros é o elo de ligação com a cidade de Artigas, República Oriental do Uruguai.

Figura 1- Mapa da Localização de Quaraí



Fonte: IBGE cidades, 2021.

Figura 2- Mapa do município de Quaraí-RS



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Quaraí

Em relação à população as estimativas apontam para uma população urbana de 21.310 pessoas, sendo 92,57% do total, e uma população rural de 1.711, sendo 8,09% do total. Em comparação com o Rio Grande do Sul (11.329.605 pessoas em 2018), Quaraí possui uma parcela de 0,20% da população total do Estado.

Quadro 4- População no município de Quaraí

POPULAÇÃO	
População estimada [2021]	22.531 pessoas
População no último censo [2010]	23.021 pessoas
Densidade demográfica [2010]	7,31 hab/km ²

Fonte: IBGE cidades, 2021

4.1 TRABALHO E RENDIMENTO

Em 2019, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.1%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 480 de 497 e 336 de 497, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3125 de 5570 e 2214 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 34.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 144 de 497 dentre as cidades do estado e na posição 3658 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2021).

4.2. EDUCAÇÃO EM QUARAÍ

A educação é um direito de todo ser humano. É através dela que se espera que o indivíduo obtenha conhecimento e liberdade de pensar e criar suas próprias perspectivas. Pode-se dizer que, além de ser um diferencial que o indivíduo tem para alcançar seus interesses, é um pré-requisito para o desenvolvimento social, econômico e político da nação. Neste sentido, o município de Quaraí, mesmo sendo pequeno e estando longe dos grandes centros, sempre foi destaque na qualidade de ensino, o que por muitos anos gera orgulho aos cidadãos (ESTEVAN, 2018).

A primeira escola a iniciar suas atividades, foi o colégio Elementar de Quaraí, em 1913, fundado pelo professor José Diehl. Após várias mudanças de local, ao longo do tempo, foi rebatizado como Instituto de Educação Professor Diehl. Este ainda é ativo e consta com ensino infantil, fundamental, médio e médio normal. A segunda escola do município foi a Escola Estadual de Ensino Médio Dartagnan Tubino. Era, no início, uma continuação do Colégio Elementar e instalou seu prédio por meio de doações do Governo municipal e Estadual. Sua estrutura foi construída considerando- 60 se o modelo de outras escolas de mesmo padrão que funcionavam em outros municípios, como o

Colégio Oswaldo Aranha de Alegrete. No ano de 2000 passou a disponibilizar ensino para jovens e adultos (MUNHOZ,2017).

A terceira escola existente em Quaraí foi construída em 1941, por meio de recursos doados em testamento pelo capitão Barrouim, o qual fez exigências que a escola deveria se chamar Brasil, e estabelecer-se na rua com nome de Artigas e voltada para o lado do Uruguai. Esta escola premiava os alunos que completassem com nota máxima o 1º grau, porém, como ficou difícil premiar os alunos com notas máximas, com o saldo de dinheiro, o governo resolver construir outra escola, com o nome Escola Municipal Barrouim, atualmente desativada (MUNHOZ, 2017).

Outras escolas foram importantes para o desenvolvimento gradual na educação. Dentre estas podem ser destacadas a Escola Normal Castro Alves, que iniciou atividades em 1962, com o intuito de funcionar com a habilitação ao magistério de 1ª a 4ª série, e o Colégio Comercial Soares Andrea, fundado em 1964, que proporcionou benefícios para a comunidade formando curso de técnicos em contabilidade que até a atualidade ainda exercem a função. Contudo, em 2007, ocorreu o seu fechamento pelo Conselho Estadual de Educação, representando uma enorme perda para o município.

O município integrou-se ao Sistema Universidade Aberta do Brasil/UAB, em 2005 elaborando projetos para abrigar um polo municipal de educação a distância, atendendo atualmente cursos de graduação superior ofertados por universidades federais, UFRGS, UFSM, UFPEL e UNIPAMPA (MUNHOZ, 2017). O município possui 25 escolas, com matrículas para creches, pré-escolas, anos iniciais, anos finais, ensino médio, EJA e educação especial. Destas 25 escolas, 8 são escolas Estaduais, 14 Municipais e 3 escolas particulares, no ano de 2017 (QEDU, 2018; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO RS, 2018).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa sessão irá tratar acerca dos resultados obtidos com a presente pesquisa. A seguir pode-se observar o perfil da amostra dos profissionais da educação que responderam a presente pesquisa.

5.1 PERFIL DA AMOSTRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A fim de atingir o primeiro objetivo específico proposto por esta pesquisa, foi realizada a análise do Plano Plurianual de Educação de Quaraí 2015-2025. Após analisado, foi feita a escolha da meta 10 e esta, portanto, ajudou a compor o instrumento da pesquisa.

O instrumento de pesquisa teve duas seções. A primeira ajuda a identificar os respondentes quanto ao seu perfil e a segunda quanto à sua percepção das adaptações durante a pandemia. Demonstra-se na figura a seguir, o perfil da amostra de servidores envolvidos na presente pesquisa:

5.1- Indicador do gênero dos respondentes

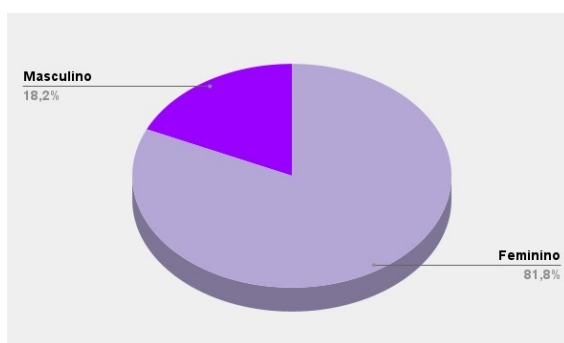


Figura 3- Indicador sobre o gênero dos respondentes

Fonte: Esta pesquisa.

Dentre os respondentes da pesquisa, viu-se que a grande maioria (81,8%) foram de professoras do sexo feminino e (18,2%) de professores do sexo masculino, evidenciando o predomínio de mulheres dentre os profissionais da educação que responderam ao questionário.

Esse é um retrato comum a nível nacional já que, segundo o Censo (2020) as mulheres formam 81% dos docentes de escolas regulares, técnicas e EJA.

Para Scott (1994) menciona não existe relação direta entre vida pessoal e atividade profissional. A autora argumenta que a significância inovadora do que de fato é ser homem e ser mulher na vida privada não necessariamente geram ressignificação do masculino e feminino no campo da configuração da identidade docente em si.

5.2 - Indicador dos respondentes por idade

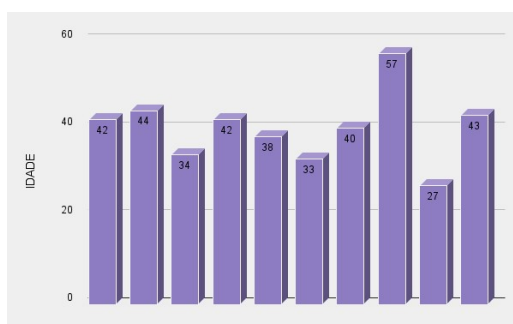


Figura 4- Indicador da Idade dos Respondentes

Fonte: Esta pesquisa.

Conforme o gráfico acima, viu-se que dois respondentes possuem 42 anos, o professor mais jovem possui 27 anos e o professor mais velho possui 57 anos. A média de idade entre eles é de 40 anos.

Este panorama segue o perfil da realidade nacional, onde o estudo realizado por Carvalho (2020) demonstrou que os professores típicos brasileiros em 2017 são mulheres (81%), de raça cor branca (42%) ou parda (25,2%), com idade média de 41 anos, alocadas, prioritariamente, nas etapas iniciais da educação básica.

Para o autor Huberman (2000) pela média de idade essa fase vem a se tratar do que ele cita como o estágio de experimentação, onde os docentes estão buscando novos desafios para a profissão e ocorrem questionamentos acerca de suas carreiras. Tal fase mostra-se significativa pela realidade em que estes foram inseridos através do contexto de pandemia e as condições de

ensino quaraiense.

5.3 - Indicador dos respondentes por estado civil

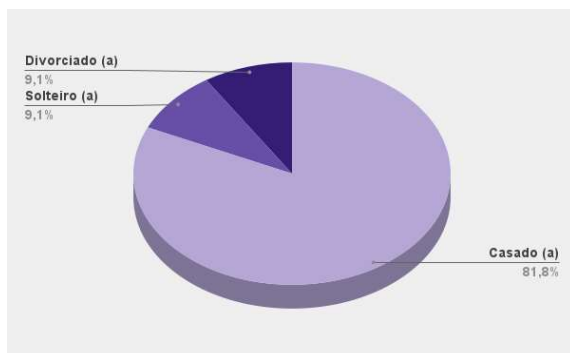


Figura 5- Indicador do Estado civil dos respondentes

Fonte: Esta pesquisa.

Conforme a tabela aponta, nove (81,8%), dos respondentes são casados, um (9,1%) é divorciado e um (9,1%) é solteiro.

Como cita Tardif (2000) o trabalho tende a modificar a identidade do trabalhador, pois trabalhar não é somente fazer alguma coisa, mas fazer alguma coisa de si mesmo. Nesta perspectiva, é que se nota a relevância de se compreender quem são os professores e de que forma se encontram.

5.4 - Indicador dos respondentes por formação

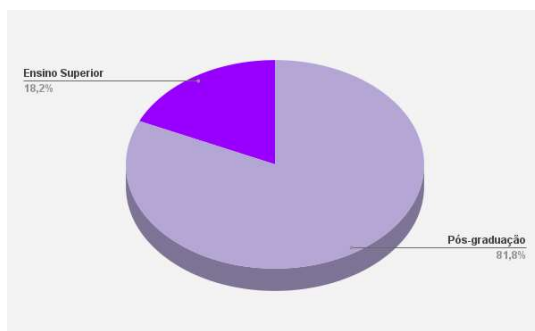


Figura 6- Indicador referente a Formação dos respondentes

Fonte: Esta pesquisa.

Os profissionais da educação entrevistados possui formação superior, sendo estes correspondendo dois (18,2%) do total e nove (81,8%) destes possuem pós graduação.

Conforme o artigo 214, em seus incisos III e IV da Constituição de 1988 o plano nacional de educação garante a articulação do sistema nacional de educação onde define as diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar que haja a melhoria da qualidade do ensino e a devida formação para o trabalho. Viu-se que os profissionais em maioria estão recebendo a formação devida para sua área de atuação.

Esse indicador se relaciona, também, com a estratégia 10.1 do Plano Municipal de Educação onde todos os professores entrevistados possuem formação superior.

A estratégia menciona o intuito de garantir que, no prazo de cinco anos, 100% dos professores da Educação Básica (em todas as modalidades) possuam a formação específica de nível superior, de licenciatura plena em instituições qualificadas. Os profissionais do magistério são bem capacitados em grande maioria através de suas formações.

Estevan (2018) ressalva que o município de Quaraí, mesmo sendo pequeno e estando longe dos grandes centros, sempre foi destaque na qualidade de ensino, o que por muitos anos gera orgulho aos cidadãos

5.5 - Indicador da área da Pós-Graduação

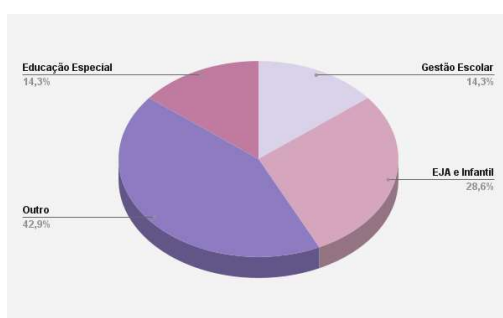


Figura 7-Indicador sobre a pós-graduação dos respondentes

Fonte: Esta pesquisa.

Dentre os profissionais que possuem pós graduação, (14,3%)

correspondem à Gestão Escolar, (14,3%) possuem especialização em Educação Especial, (28,6%) em Educação de Jovens e Adultos ou Educação Infantil e (42,9%) em outra especialização que não as citadas.

Vê-se, portanto, que esse percentual abrange, em parte, a meta 10, estratégia 10.2, estabelecida no Plano Municipal de Educação, onde propõe às instituições públicas de nível superior à oferta de cursos de especialização voltados para a formação de professores para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a educação especial, a gestão escolar, a formação de jovens e adultos e a educação infantil.

Segundo o Censo (2020), a nível nacional, verificou-se um aumento de 34,6% para 43,4% de professores com pós-graduação, de 2016 a 2020.

Observa-se, portanto, que a meta estabelecida no plano municipal de educação para a formação e oferta de cursos de pós-graduação aos profissionais do magistério, vem sendo em maioria alcançada e anda alinhada com a realidade nacional da expansão do acesso destes profissionais à especializações que contribuem para o aprimoramento de seu ensino.

5.6 Indicador do tempo de Serviço no Ensino Básico de Quaraí

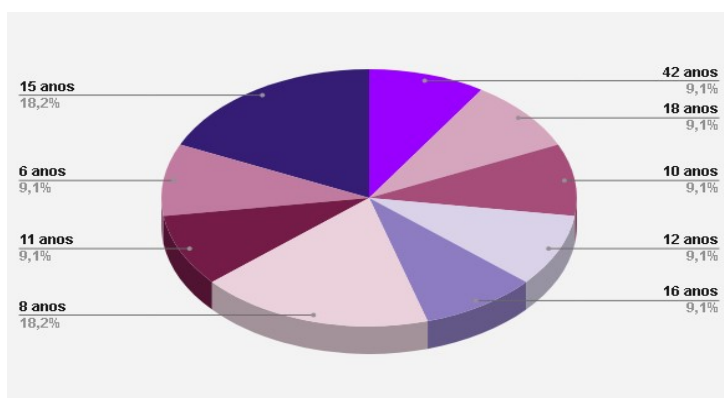


Figura 8- Indicador sobre o tempo de serviço dos respondentes

Fonte: Esta pesquisa.

Pode-se observar através da Figura 6 que a média de tempo de serviço entre os professores respondentes é de cerca de 14 anos. Um dos professores atua no ensino básico de Quaraí a 6 anos e a professora que atua a mais

tempo tem 42 anos de serviço. Dois professores atuam a 8 anos e também há dois que atuam a 15 anos. Segundo os indicadores mencionados por Huberman (2000, p.31-61), a maioria dos professores encontram-se no estágio de experimentação, caracterizado, ademais de desafios, por momentos de questionamento e reflexão acerca de sua carreira.

Na segunda seção do questionário, buscou-se identificar a percepção dos profissionais do magistério no tocante as dimensões de adaptação no período da pandemia. Seguem as respostas aos indicadores encontrados e suas respectivas análises.

5.2 PERCEPÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A continuação apresentaremos os indicadores que foram levantados com referencia ao Plano Municipal de Educação.

Dentre os respondentes, 54,5% afirmaram que apenas concordam que as adaptações no plano municipal de educação diante da COVID-19 foram satisfatórias, 27,3% deles apenas discordam, 9,1% concordou totalmente e um 9,1% discorda totalmente da premissa. Grande parte dos professores vê que as adaptações foram necessárias e indispensáveis à continuidade do ensino.

5.7 - Indicador da percepção às adaptações no Plano Municipal de Educação

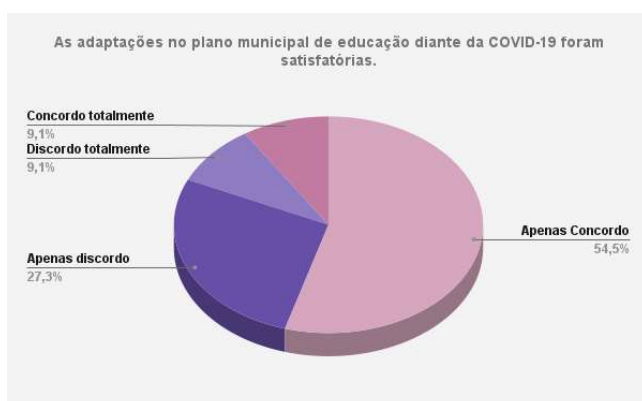


Figura 9-Indicador sobre as adaptações do Plano Municipal de Educação

Fonte: Esta pesquisa.

Portanto o município realizou tais adaptações, respondendo a um dos objetivos específicos da presente pesquisa.

Esse tempo de pandemia pelo Coronavírus (COVID-19) trouxe uma ressignificação para a educação, nunca antes imaginada. Pasini, De Carvalho e Almeida citaram que muitos fatores, tais como a dor causada pela perda de pessoas, o afastamento, o isolamento social, causaram uma desestruturação no sistema regular e presencial de ensino.

É nesse âmbito que, conforme a observação dos professores questionados, a grande maioria detectou que as adaptações necessárias no plano municipal de educação foram de fato realizadas.

Sob essa ótica, o que foi realizado em relação ao Plano Municipal de Educação, é o que segundo Misoczky e Guedes (2011) a última fase de um processo de planejamento que é acompanhar a ação e revisar criticamente os resultados.

5.8 - Indicador da aplicação treinamento para os profissionais da educação



Figura 10- Indicador sobre o treinamento específico recebido na modalidade de ensino remoto

Fonte: Esta pesquisa.

Acerca do recebimento de treinamento específico para lecionar na modalidade de ensino à distância no início da pandemia, dos professores

27,3% concordam totalmente, 27,3% apenas concordam, 18,2% discordam totalmente 27,3% apenas discordam.

Calazans (2009) ressalta que o planejamento da educação é estabelecido a partir de regras da base estrutural da produção capitalista. Dessa forma, incorpora as formas, os fins, as capacidades e os domínios do modelo do capital monopolista do Estado.

De acordo com essa autora, o planejamento, como uma forma de intervenção do Estado na sociedade apresenta-se como um importante canal de medidas mantenedoras do status quo e que agravam a perversa situação de desigualdade social e violência na qual os excluídos são as maiores vítimas.

Pelas respostas obtidas pelos professores viu-se que a maioria destes não concordaram com a premissa de receber treinamento específico para atuar na modalidade de ensino remoto, evidenciando a necessidade de priorizar o planejamento e adaptação à situações atípicas como a realidade pandêmica.

Tal adaptação reitera o que Castor e Suga (1988) mencionam acerca do planejamento, citando-o como o exercício sistemático da antecipação.

5.9 - Indicador da percepção da Valorização dos professores durante a pandemia

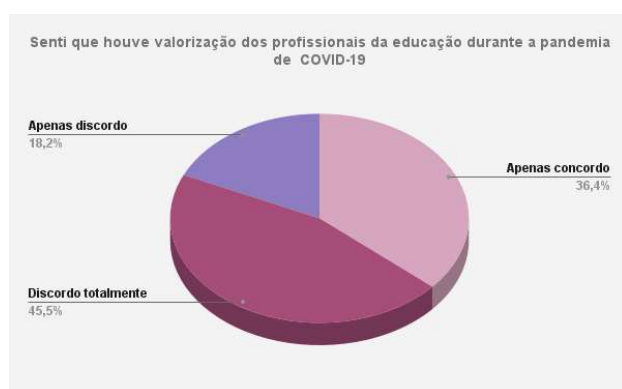


Figura 11- Indicador sobre a valorização dos profissionais da educação

Fonte: Esta pesquisa.

A respeito da valorização dos profissionais da educação sob a visão destes 45,5% discordaram totalmente dessa afirmação, 36,4% apenas

concordaram e 18,2% apenas discordaram. Não há, portanto, concordância plena de que houve valorização dos professores, dentro da realidade pandêmica em que se encontraram.

A Constituição Federal de 1988 garante a valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União.

Os autores Rossi e Hunger (2012), a respeito desse aspecto pressupõem uma valorização dos profissionais da educação nos aspectos contextuais, organizacionais e orientados para a mudança, numa tentativa de superação do caráter individualista nas atividades de formação continuada dos professores, colocando a ênfase na dimensão participativa (ativa) dos professores.

Nesse intuito, pode-se observar por parte dos profissionais do magistério que estes não sentiram-se valorizados, em maioria, durante o período pandêmico.

5.10 - Indicador referente aos Desafios do Ensino Remoto

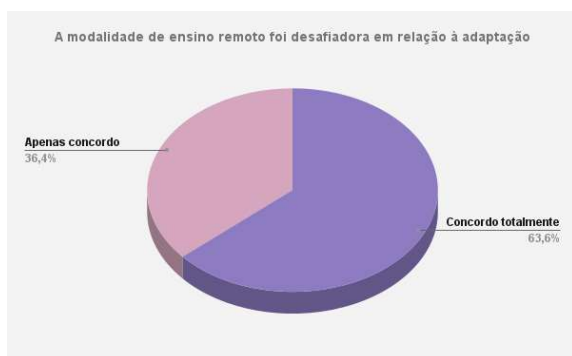


Figura 12- Indicador sobre os desafios em relação à adaptação do ensino remoto

Fonte: Esta pesquisa.

Segundo a Figura 10, sete (63,6%) dos professores concordam totalmente que houveram desafios na adaptação ao ensino remoto, quatro (36,4%) apenas concordaram que existiram tais desafios. Não há como negar que a situação pandêmica exigiu-lhes mais do que se imagina em relação à adaptação. Em relação à tecnologia e por parte daqueles

professores mais antigos, que geralmente não necessitavam de recursos tecnológicos para ministrar suas classes.

Conforme Costa (2013) as tecnologias utilizadas sejam móveis, digitais e conectadas são também ferramentas do aluno, de forma que não servem a transmitir conhecimento, mas potencializam as possibilidades do aluno, bem orientado pelo professor, a acessar informações que podem ajudá-lo a construir seu próprio conhecimento.

Santos (2020) enfatizou que o ensino remoto tem deixado marcas tanto para o bem quanto mal. Na visão positiva o autor cita que o ensino nessa modalidade permite ainda encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares que vão além de espaços, rotinas de estudos e encontros garantidos mesmo num contexto de pandemia. O autor explica que para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizam os potenciais da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos.

Tal visão que evidencia os desafios é confirmada pela maioria dos respondentes da sondagem, reiterando as dificuldades de adaptações que houveram. Já segundo os autores Costin et.al (2020), estes encaram de forma positiva a tecnologia, pois, conforme sua visão, pois possibilita aos docentes trabalhar com os dados sobre o que aprende cada aluno, a fim de desenvolver estratégias mais efetivas de ensino.

5.11 - Indicador referente aos desafios pessoais dos professores



Figura 13- Indicador sobre os desafios de caráter pessoal

Fonte: Esta pesquisa.

Dentre os respondentes questionados se tiveram dificuldades pessoais que enfrentaram para atuar no ensino remoto, sete (63,6%) apenas concordaram, três (27,3%) concordaram totalmente com a afirmação e um (9,1%) discordou totalmente, não teve dificuldades pessoais para encarar o ensino remoto e atuar nele.

Sem distinções entre tempo de serviço dos que concordaram, os professores em maioria reconhecem que houveram, de fato, desafios em nível pessoal. Esta maioria compõem os grupos de professoras que são casadas e portanto, tem jornada dupla como profissionais e em seus lares.

Sob uma ótica distinta, Costa (2013) menciona que, de tal modo, as tecnologias agora não são mais ferramentas para o professor ensinar, mas dispositivos coletivos e colaborativos que facilitam a construção de aprendizagem.

5.12 - Indicador da percepção dos professores em relação aos desafios por parte de alunos e familiares

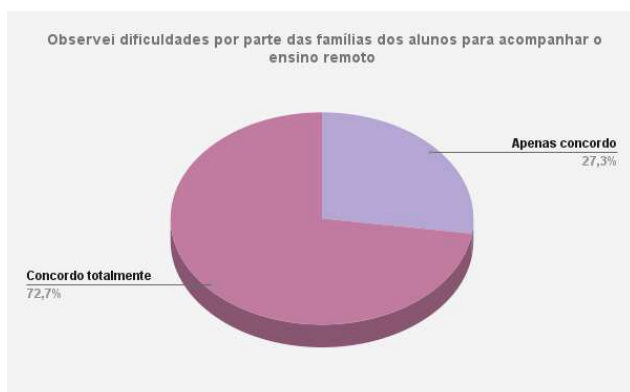


Figura 14- Indicador sobre as dificuldades por parte das famílias dos alunos para acompanhar o ensino remoto

Fonte: Esta pesquisa.

Segundo a figura 14, todos os repondentes concordaram, unanimamente que houveram dificuldades por parte das famílias dos alunos para acompanhar o ensino remoto. Destes, (72,7%) concordaram totalmente e (27,3%) apenas concordaram.

Os pais realmente, tornaram-se os “professores” dos filhos durante o período da pandemia, e, de fato, os professores respondentes identificam com empatia que os pais e responsáveis tiveram desafios para acompanhar o ensino remoto dos alunos.

Santos (2020) menciona que adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias. Para o nosso campo de estudos e atuação, a reatividade que essa dinâmica vem causando compromete sobremaneira a inovação responsável no campo da educação na cibercultura.

Diante da realidade econômica de Quaraí e dos acatos ao Decreto Estadual e Municipal que decretou estado de calamidade pública do município em meados de abril de 2020 (Decreto Municipal nº 013, de 20 de março de 2020), viu-se que o município acatou as medidas impostas e isso resultou em grande parte da população tendo de interromper suas atividades de trabalho. Isso ocorreu no mesmo momento em que as escolas fecharam e pais tiveram de adaptar-se ao fato de terem de “lecionar” para os filhos, na ausência de um professor presencialmente, como estavam acostumados.

5.13 - Indicador da percepção dos professores em relação aos desafios de aprendizagem dos alunos

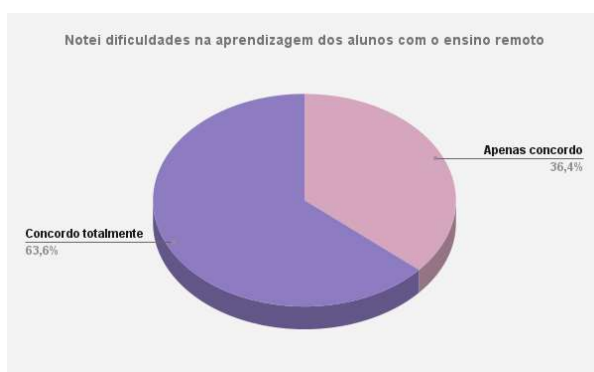


Figura 15- Indicador sobre as dificuldades na aprendizagem dos alunos

Fonte: Esta pesquisa.

Acerca dos desafios de aprendizagem por parte dos alunos, todos os respondentes consentiram que houveram dificuldades. Destes, oito (63,6%)

concordaram totalmente e três (36,4%) apenas concordaram. Tais respostas evidenciam o quanto o processo de aprendizagem foi afetado pela transição para o ensino remoto. Muito há de ser feito para remediar as lacunas de aprendizagem que a pandemia ocasionou aos alunos.

Costin et.al (2020) citam que para eles o uso de plataformas adaptativas, que permitem identificar mais precisamente as insuficiências de aprendizagem de cada estudante e o seu direcionamento aos conteúdos que suprirão as lacunas identificadas, poderão ser particularmente importantes para apoiá-los.

5.3 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E GESTORES

A última seção do questionário trouxe uma questão aberta opcional acerca da percepção dos profissionais do magistério em relação ao planejamento do ensino diante da pandemia de COVID-19.

Ratificando as respostas que puseram nas questões anteriores, os professores apresentam, em grande maioria, uma visão clara de que apesar do esforço conjunto para a manutenção da saúde e seguimentos de protocolos de restrição, o ensino foi afetado de forma negativa e muito se perdeu nesse tempo de emergência sanitária em relação à aprendizagem.

As visões mais promissoras partiram daqueles que possuem cargos correlatos com a gestão escolar ou que também lidaram diretamente no processo de transição para ensino remoto e posterior ensino híbrido com aulas síncronas.

Pergunta: Qual sua percepção acerca do planejamento do ensino diante da pandemia de Covid-19 no município de Quaraí- RS?

Resposta 1: *“Apesar da pressão da opinião pública o planejamento do ensino no município mais acertou do que errou”.*

Resposta 2: *“Não estávamos preparados para esse tipo de situação. Precisamos investimentos.”*

Resposta 3: *“Com relação a cidades maiores até que estamos vencendo as*

dificuldades e adversidades.”

Os professores trazem um comparativo com cidades maiores, argumentando que o município de Quaraí se mostra vencendo os empecilhos que a pandemia gerou no ensino, dadas as condições locais. Também trazem à tona a problemática de falta de preparo para situações atípicas como a pandemia gerou. Nesse sentido, ressaltam a necessidade de investimentos na área da educação, assunto de extrema importância e emergente, que ficou ainda mais evidente diante da situação de restrições que a pandemia acarretou.

Santos (2020) menciona os malefícios do ensino remoto, provocando a exaustão de professores e alunos, ratificando o que foi mencionado pelos professores entrevistados sobre os desafios pessoais vivenciados durante o período em que não houveram

Os respondentes, em suma, percebem a dificuldade, mas reconhecem esse esforço do município através da equipe gestora, em adaptar o ensino à essa nova realidade de não terem o contato presencial com os alunos.

5.4 Visão da equipe gestora da Secretaria de Educação

Pergunta 1: Como ocorreu a implementação do ensino remoto durante a pandemia?

“Estamos desde o ano de 2020 até 5 de julho de 2021, estávamos sob orientação do ensino remoto. Como se deu o ensino remoto? Num primeiro momento a gente teve que fazer todo um mapeamento para ver quais crianças tinham acesso, as escolas que tinham internet, como é que a gente ia viabilizar as aulas síncronas através da Internet que aliás foi um dos grandes desafios que tivemos aqui por que o nosso público da rede municipal é um público que tem um baixo poder aquisitivo mais as escolas rurais, onde o acesso à internet é bem precário e aqui na cidade a questão financeira, mesmo que muitos pais não tem um computador, tem celular tem 4 ou 5 filhos, tem internet com dados, então vídeos e pdf, por exemplo, se tornam praticamente impossíveis de tu carregar. Isso foi num primeiro momento. A Secretaria de Educação então organizou um horário que contemplasse todas as disciplinas, preenchesse a carga horária, que a nossa grande intenção sempre foi validar o ano letivo, o

que aconteceu no ano de 2020 e nos primeiros meses do ano de 2021.”

Comentário: Diante dessa fala, observa-se que houve uma adaptação gradativa ao ensino remoto, partindo das orientações nacionais e estaduais para a adoção da modalidade de ensino remoto. Contudo, as dificuldades iniciais já se destacaram desde o princípio com a questão do acesso que para muitos alunos se fez inviável de forma online, tendo de recorrer essencialmente ao recebimento de material impresso.

Pergunta 2- Houveram capacitações para os professores a fim de atuarem de forma remota?

“Quanto aos professores, aqui em Quaraí adotamos o sistema de ensino Aprende Brasil. Provavelmente ano que vem vamos estar com outro, já há tratativas e reuniões que estou participando para trocar o sistema de ensino por que nós pensamos que podemos dar uma oxigenada. Todos os profissionais da educação passam por treinamento constantes eles tem uma carga horária de 60 a 100 horas de treinamento, tanto no ensino remoto quanto no ensino híbrido as questões em relação à educação na pandemia, temos muita preocupação na recuperação dessas lacunas pedagógicas que vão ficar nos alunos, pois, inevitavelmente, o primeiro ano dos anos iniciais, ali na alfabetização, alunos passaram para o segundo ano sem ter aula ,pois no ano de 2020 de março a dezembro tivemos só o ensino remoto.”

Comentário: A resposta evidencia que houveram, sim, capacitações para os profissionais da educação, estes passaram por treinamento afim de aderir às novas formas de ensino, inicialmente, remoto e posteriormente híbrido.

Conforme a estratégia 10.5 da meta 10 do Plano Municipal de Educação que menciona “Realizar, durante a vigência deste Plano, seminários e/ou conferências municipais de educação para tratar de assuntos educacionais relevantes, envolvendo os profissionais da educação e a comunidade” (Quaraí, 2015). Observa-se que esta vem sendo cumprida através da

Pergunta 3- Sob a ótica da Secretaria da Educação, houveram desafios

na implementação do ensino remoto. Se sim, quais foram os desafios?

“A Secretaria de Educação então organizou um horário que contemplasse todas as disciplinas, preenchesse a carga horária, que a nossa grande intenção sempre foi validar o ano letivo, o que aconteceu no ano de 2020 e nos primeiros meses do ano de 2021. Dia 5 de julho retomamos através do modelo híbrido com três dias presenciais e dois dias de ensino remoto, seguindo todas as orientações do comitê de enfrentamento, por que temos uma restrição do tempo de permanência das crianças dentro de sala de aula. Mas enfim, o ensino remoto sempre é um grande desafio, por que de alguma forma geral no Brasil nós tem os um grande problema de acesso e desigualdade nos acessos , não podemos fazer uma comparação entre escolas privadas e escolas públicas, a realidade social dos alunos é completamente diferente. Nós tivemos ali alunos que ficaram praticamente na dependência de receber o material físico, o xerox. Para isso, a Secretaria de Educação teve que mobilizar todo o transporte escolar para fazer essa distribuição praticamente de porta em porta. Nós também vivenciamos agora em 2021 uma situação de bandeira preta que nunca tinha acontecido no Estado. Isso nos dificultou enormemente por que a gente não podia entregar o material físico para as crianças, não poderia haver o contato, essa distribuição do material que passa de mão em mão.”

Comentário: Vê-se com a resposta que, mais uma vez, a questão do acesso teve de ser adaptada, sendo que a secretaria teve de mobilizar um transporte para alcançar aos alunos que não tinham possibilidade de acompanhar somente o material online.

Pergunta 4- A meta 10 do Plano de Educação para Quaraí entre 2015-2025 menciona a valorização dos profissionais do magistério. Quais são as estratégias implementadas pela Secretaria Municipal de Educação para valorização dos profissionais do magistério da rede pública de ensino para o município de Quaraí no período 2020-2021 diante da pandemia de Covid-19?

“A Secretaria de Educação trabalha com planos de ação que foi como te mencionei, tinha um plano de ação para o ensino remoto que se deu com aula síncrona, grupos de Whatsapp e grande parte do nosso público recebendo material xerocado até o momento da Bandeira Preta.

Agora a gente já vive uma situação mais confortável, já pode ir três vezes à escola, recebem o material físico. Esperamos que para o ano que vem as coisas se normalizem, que a gente possa ter as crianças por quatro horas dentro da escola, todos os dias da semana. Mas eu tenho certeza que o ensino remoto é algo que veio para ficar e após esse momento de pandemia vai ser mantida pra prosperidade.”

Comentário: Além dos treinamentos, vê-se que a Secretaria utilizou dos recursos que estavam disponíveis ao alcance para capacitar seus profissionais do magistério, para promover a acessibilidade dos alunos e tornar acessível, aos estudantes em situação de vulnerabilidade, o acompanhamento do material lecionado. Mas, pode-se observar também, que o retorno de forma híbrida, facilitou a mobilização dos alunos e trouxe uma esperança adicional de um retorno ou mesmo um ajuste à nova normalidade. Nesse enredo deu-se, de fato a aplicação da gestão.

O conceito, conforme Santos (2014) trata-se do planejamento, a organização, a direção e o controle dos bens e interesses públicos, agindo de acordo com os princípios administrativos, visando ao bem comum, por meio de seus modelos delimitados no tempo e no espaço.

Deste modo apresentamos uma análise do levantamento realizado, muitos outros fatores poderiam fazer parte deste estudo, mas os limites dos respondentes, o espaço reduzido da investigação e o tempo muito exíguo limitaram este estudo, de todo modo, foi uma breve contribuição para a Educação Municipal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como intuito identificar as estratégias implementadas pela Secretaria Municipal de Educação para valorização dos profissionais do magistério da rede pública de ensino para o município de Quaraí no período 2020-2021 diante da pandemia de Covid-19. Sobre tal objetivo, pode-se constatar que a Secretaria Municipal de Quaraí utilizou dos recursos disponíveis tais como, treinamentos e capacitações, planos de ação através de aulas síncronas e constante comunicação via grupos de Whatsapp, para com os profissionais do magistério, afim de promover sua capacitação e valorização.

O primeiro objetivo específico proposto tratava-se de interpretar o Plano Municipal de Educação do Município de Quaraí para o período de 2015-2025 no contexto da Covid-19. Em relação ao segundo objetivo, diante das estratégias e metas estabelecidas, constatou-se que a meta 10, que trata a respeito da valorização dos profissionais do magistério era possível de ser analisada no contexto da pandemia.

Sob a visão dos profissionais do magistério respondentes da presente pesquisa, pôde-se observar que 63,7% deles não sentiram que houve valorização dos professores durante a pandemia. Viu-se, portanto, que ainda podem ser tomadas outras medidas que promovam a valorização dos professores no período posterior ao ensino remoto, já com a modalidade de ensino híbrido, por exemplo.

Em relação ao objetivo de medir a percepção dos professores sobre as dimensões de adaptação no período da pandemia, pôde-se ver que a maioria dos professores identificou que houveram desafios de caráter pessoal, na adaptação, diante das famílias dos alunos e sobretudo, na aprendizagem dos alunos no período de ensino remoto.

A fim de alcançar o objetivo de entender as percepções da equipe gestora sobre as medidas adotadas no período da pandemia, verificou-se um esforço conjunto em facilitar e promover o acesso ao conteúdo por parte dos alunos e suas famílias, auxiliando no envio de material, especialmente às famílias mais carentes. A equipe destacou a distinta realidade dentre aqueles que possuem mais recursos para acesso à Internet, um ambiente que propicia

o estudo e onde há um acompanhamento de um adulto daquelas famílias que não possuem as condições básicas para auxiliar as crianças e os jovens no processo de aprendizado. Essa constatação mais uma vez destaca que há realmente um impacto maior naqueles que tem dificuldade de acessar os materiais de estudo e manter uma rotina de estudo em casa para aqueles que possuem esses desafios é especialmente mais complexo.

Quanto ao tratamento aos professores, foram promovidos treinamentos e postos em planejamento e desenvolvimento novos planos de ação realizados de forma emergencial a fim de capacitar, preparar e motivar os profissionais do magistério no ensino de maneira remota.

A pesquisa mostrou-se relevante diante de um tema tão essencial como a educação pois é fato que tanto os profissionais do magistério quanto os estudantes foram extremamente afetados no processo ensino-aprendizagem, a curto médio e longo prazo.

No contexto da aprendizagem que o curso de Especialização em Administração Pública Contemporânea propiciou através do estudo e discussão de temáticas essenciais para a formação como profissional da administração pública, a presente pesquisa torna-se importante pois abordou temas, princípios e teorias que são fundamentais não somente para a atuação profissional como também para a compreensão dos contextos sociais em que nos inserimos.

Diante da relevância da pesquisa, destaca-se que esta pode ser aplicada com uma amostra e população maior em estudos futuros, a fim de perceber a percepção de um grupo maior de profissionais acerca dos impactos da pandemia no ensino e, com isto, também, no planejamento e em sua inerente adaptação. Como limitações deste estudo, ressalva-se por tratar-se de uma amostragem não probabilística os resultados podem ser aplicados somente ao grupo da amostra.

Faz-se necessária a constante discussão do que de fato espera-se para a educação, mesmo em períodos emergenciais, e o quanto ainda precisa ser feito a fim de preencher as lacunas no ensino-aprendizagem que pairam pelos ambientes de ensino durante o período pandêmico e que ainda refletirão por muito tempo seja nos profissionais do magistério e nos estudantes e suas famílias.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elaine Jesus; DE FARIA, Denilda Caetano . **Educação em tempos de pandemia: lições aprendidas e compartilhadas**. Revista Observatório. Vol. 6, n. 2, Abril-Junho. Tocantins, 2020.

AMATO, Pedro Muñoz. **Introdução à Administração Pública**. Editora Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1971.

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BARBOSA, Ivone Garcia; ALVES, Nancy Nonato de Lima; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins; SOARES, Marcos Antônio. **A educação infantil no PNE: novo plano para antigas necessidades**. Revista Retratos da Escola, v.8, n.15, p.505-518, 2014. Disponível em: Acesso em: 29 abr 2021.

BARRETO, João Marcelo. **Introdução à Administração** / João Marcelo Barreto. - Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, Superintendência de Educação a Distância, 2017.

BRASIL. CENSO 2020. Disponível em <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf> Acesso em 16 out 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 22 nov 2019.

BRASIL. **Portal do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/20-perguntas-frequentes> Acesso em 9 nov 2019.

BRASIL. **Portal do Ministério da Economia**. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/planejamento-governamental/visao-geral/o-que-e-acute-planejamento-governamental> Acesso em 26 nov 2019

BRASIL, **Portal do Instituto Benjamin Constant, Ministério da Educação**. Disponível em: <http://ibc.gov.br/planos-plurianuais> Acesso em: 10 nov 2019

BRASIL, Parecer CNE/CP nº 5/2020, aprovado em 28 de abril de 2020 - **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**.

BRASIL, LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica**. Disponível em: <planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-

2010/2008/lei/11738.htm>**Acesso em 12 abr 2021.**

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024.** Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> **Acesso em 01 mai 2021.**

CABRAL NETO, A. **Plano nacional e sistema nacional de educação: a difícil tarefa de conceber uma política de estado.** In: FRANÇA, Magna; MOMO, M. (Orgs.). *Processo democrático participativo: a construção do PNE.* Mercado de Letras: São Paulo, 2014.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Planejamento da educação no Brasil – novas estratégias em busca de novas concepções.** In: KUENZER, Acácia.

CANDAU, V.M. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: _____. (Org.). **Magistério: construção cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1997. p.51-68.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. Perfil do Professor da Educação Básica. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/Perfil+do+Professor+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica/6b636752-855f-4402-b7d7-b9a43ccffd3e?version=1.13>>**Acesso em 16 out 2021**

CASTOR, Belmiro V. J.; SUGA, Nelson. **Planejamento e Ação Planejada: O Difícil Binômio. Planejamento e Gestão.** 1988 Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9533/8585> Acesso em 25 nov 2019.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra. CALIXTO, Pedro. PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método.** *Inf. & Soc.:Est.*, João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014.

CONTI, J. M. **Orçamentos Públicos: A Lei 4.320/1964.** 2ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

COSTA, F. A. **O potencial transformador das TIC e a formação de professores e educadores.** In: M. E. ALMEIDA, P. DIAS, & B. SILVA, O potencial transformador das TIC e a formação de professores e educadores. São Paulo: Loyola, pp. 47-72, 2013.

COSTIN, Claudia. Et. al. **A escola na pandemia [livro eletrônico] : 9 visões sobre a crise do ensino durante o coronavirus .1. ed.** -- Porto Alegre: Ed. do Autor, 2020.

CRUZ, Roberto Moraes, Borges-Andrade, Jairo Eduardo, Moscon, Daniela Campos Bahia, Micheletto, Marcos Ricardo Datti, Esteves, Germano Gabriel Lima, Delben, Paola Barros, Queiroga, Fabiana, & Carlotto, Pedro Augusto Croce. (2020). **COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho.** *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(2), Disponível em: I-III. <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.2.editorial> Acesso em: 18 abr 2021.

DE TONI, J. O Planejamento Estratégico Governamental: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública. Curitiba: InterSaberes, 2016.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DO NASCIMENTO C. V., MENDES, G. F., MARTINS, I.G.S. Tratado de direito financeiro - 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 25 ed. São Paulo, Atlas, 2012.

ELY, Débora. Aulas presenciais nas escolas do RS não têm prazo para retorno. GAÚCHAZH, Porto Alegre, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2020/04/aulas-presenciais-nas-escolas-do-rs-nao-tem-prazo-para-retorno-ck9lwcmibi00oj017ndtzewi2r.html>. Acesso em 5 out 2021.

ESTEVAN, Laura Gisele Silva. **Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Quaraí-RS: uma análise para o período de 2005 a 2016**. - Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, Santana do Livramento, 2018.

G1 RS. Governo do RS suspende aulas da rede estadual a partir desta quinta devido ao coronavírus. G1 RS, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/03/16/governo-do-rs-suspende-aulas-da-rede-estadual-a-partir-desta-quinta-devido-ao-coronavirus.ghtml>. Acesso em 15 de abr de 2021

GANDIN, D. **A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade**. Instituto Latino-americano de Planejamento Participativo. Porto Alegre: 2001

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, M. G. R., MINODA, D. de S. M., & FONSECA, R. G. P. (2020). **Impacto da pandemia do covid-19 na educação: reflexos na vida das famílias**. *Teoria E Prática Da Educação*, 23(3), 150-170. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/tpe.v23i3.53672> Acesso em: 14 abr. 2021.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). **Vidas de professores** 2. ed. Porto: Porto, 2000. p.31-61.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MATUS, Carlos. **Adeus, Senhor Presidente**. São Paulo: FUNDAP, 1997

MARCELO GARCÍA, C. A formação de professores: novas perspectivas

baseadas na investigação sobre o pensamento do professor. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação** Lisboa: Dom Quixote, 1995. p.51-76.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. **EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: SABERES FAZERES ESCOLARES EM EXPOSIÇÃO NAS REDES**. Revista Docência e Cibercultura, v. 4, n. 2, p. 215-224, 2020.

MENON, G., GONZAGA, C. A. M. **O Planejamento Público contempla as demandas da sociedade? Uma análise do PPA 2016-2019 do Estado do Paraná**. CIAD, Ponta Grossa, 2017.

MISOCZKY, M. C.A, GUEDES, P. **Planejamento e programação na administração pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2011.

MUNHOZ, Isaias Silva. **A Gênese sobre a História de Quaraí**. Porto Alegre. Evangraf. 2017.

NETO, A. C. CASTRO, A.M. D. A., GARCIA, L.T.S. **Plano Municipal de Educação: elaboração, acompanhamento e avaliação no contexto do PAR**. RBPAAE, 2016.

OLIVEIRA, D.P.R de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas**. 23ª ed. São Paulo: 2007.

OLIVEIRA, D.P.R de. **Planejamento Estratégico: Conceitos Metodologias e Práticas**. 23ª ed. São Paulo. 2007.

PALUDO, Augustinho. **Administração Pública para Auditor Fiscal da Receita Federal e Auditor Fiscal do Trabalho**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2012.

PASINI, Carlos Giovani Delevati; DE CARVALHO, Élvio; ALMEIDA, Lucy Hellen Coutinho **A educação híbrida em tempos de pandemia: algumas considerações**. UFSM/FAPERGS. Observatório Socioeconômico da COVID-19. Santa Maria, 2020.

QUARAÍ. Decreto Municipal nº 21 de 16 de abril de 2020. Reitera a declaração de estado de calamidade pública. Disponível em <https://www.quarai.rs.gov.br/2020/covid19/Decreto21-2020.pdf> Acesso em 10 set 2021.

QUARAÍ. **Lei nº 3.311 de 16 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação de Quaraí e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/q/quarai/lei-ordinaria/2015/332/3311/lei-ordinaria-n-3311-2015-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-de-quarai-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 25 nov 2019.

QUARAI. http://www.quarai.rs.gov.br/CONHECENDO_mapa_de_quarai.htm Acesso em 03 set 2021

QUINTAS-MENDES, Antonio et al. Comunicação mediatizada por computador

e educação on-line: da distância à proximidade. In: SILVA, Marco et al (orgs.). Educação on-line: cenário, formação e questões didático-metodológicas. Rio de Janeiro: Walk, 2010

ROSSI, Fernanda. HUNGER, Dagmar. As etapas da carreira docente e o processo de formação continuada de professores de Educação Física. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. São Paulo: 2012 Disponível em :<https://doi.org/10.1590/S1807-55092012000200014> Acesso em 05 set 2021

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SARAIVA, Karla. TRAVERSINI, Clarice. LOCKMANN, Kamila. **A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente** - Praxis educativa, vol. 15, e2016289. UNLPam. Ponta Grossa, 2020.

SCOTT, Joan wallach. **Prefácio à gender and politics of history**. cadernos pagu (3), campinas, núcleo de estudos de gênero – pagu/unicamp, 1994, p.11-28

SILVA, Reinaldo Oliveira da. Teorias da administração. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2013.

SILVA, L. M da. **Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TARDIF, M.; RAYMOND, D. **Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Educação e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 73, p. 209-244, dez. 2000.

SOUSA, Bartolomeu José Ribeiro de. **O plano de ações articuladas (par) como instrumento de planejamento da educação: o que há de novo?**. Universidade Católica de Brasília. Simpósio Anpae. Brasília, 2011.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 10 abr 2021

UNICEF. **Educação em tempos de pandemia direitos, normatização e controle social Um guia para Conselheiros Municipais de Educação**. <https://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em: 8 abr 2021

VIANNA, Claudia Pereira Vianna. **O sexo e o gênero na docência**. Cad. Oagu. 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/hQFDykQmWnPvj4TYTWYmKZb/abstract/?lang=pt> Acesso em 16 out 2021

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WILSON, W. The study of administration. Political Science Quarterly, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. Disponível em [:https://www.jstor.org/stable/2139277?seq=2#metadata_info_tab_contents](https://www.jstor.org/stable/2139277?seq=2#metadata_info_tab_contents)
Acesso em: 9 set 2021

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE 1

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUARAI

Meta 10

Valorizar os (as) profissionais do magistério da rede pública e tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

10.1. Garantir que, no prazo de cinco anos, 100% dos professores da Educação Básica (em todas as modalidades) possuam a formação específica de nível superior, de licenciatura plena em instituições qualificadas.

10.2- Propor às instituições públicas de nível superior, a oferta de cursos de especialização voltados para a formação de professores para as diferentes áreas de ensino e, em particular, para a educação especial, a gestão escolar, a formação de jovens e adultos e a educação infantil.

10.3- Ampliar e divulgar a oferta gratuita nas escolas de periódicos destinados à formação pedagógica.

10.4. Ampliar, a partir do segundo ano da vigência deste Plano, programa de qualidade de vida para os professores da rede pública municipal, como forma de prevenir problemas de saúde, ocasionados pela rotina do trabalho em sala de aula.

10.5 Realizar, durante a vigência deste Plano, seminários e/ou conferências municipais de educação para tratar de assuntos educacionais relevantes, envolvendo os profissionais da educação e a comunidade.

10.6. Incentivar, durante a vigência deste Plano, os professores do magistério da rede pública municipal a buscarem o conhecimento e a incorporação de novas tecnologias, possibilitando a sua utilização na implementação do planejamento e execução das suas atividades profissionais.

ANEXO 1

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UMA ABORDAGEM ACERCA DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE EDUCAÇÃO DE QUARAÍ 2015-2025 DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19

Este questionário tem por finalidade identificar o que foi implementado pela Secretaria Municipal de Educação diante das metas do plano plurianual do município especialmente para valorização dos profissionais do magistério da rede pública de ensino para o município de Quaraí diante da pandemia de Covid-19. É importante ressaltar que as questões devem ser respondidas de acordo com a sua realidade, não existindo respostas certas ou erradas. A política da pesquisa é de estrita confidencialidade dos dados, sendo assim, as informações aqui coletadas serão usadas somente para fins acadêmicos da pesquisa.

Agradeço pela sua colaboração!
Aldryne Soares Tavares
Aluna do Curso de Especialização em Administração Pública Contemporânea (UFRGS)

Perfil do respondente

1-Gênero *

Feminino

Masculino

Outro:

Idade:

2-Estado Civil

()Solteiro (a)

() Em união estável

()Casado (a)

() Separado (a)

()Divorciado (a)

() Viúvo (a)

3- Formação

()Ensino Fundamental Completo

()Ensino Médio Incompleto

()Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

Pós-Graduação

Se possui pós-graduação, em qual área foi realizada?

Gestão Escolar

Educação Infantil / Educação de Jovens e Adultos

Educação Especial

Outro

3. Tempo de Serviço como servidor/professor (a) no município de Quaraí:

Sua resposta

4. Setor/ Escola em que atua:

Sua resposta

BLOCO 2: Visão sobre o planejamento do ensino diante da COVID-19

Avalie, nas opções abaixo, cada item e assinale seu nível de concordância com a ideia apresentada.

1. As adaptações no plano municipal de educação diante da COVID-19 foram satisfatórias.

Discordo totalmente

Apenas discordo

Apenas concordo

Concordo totalmente

2. Recebi treinamento específico para lecionar na modalidade de ensino à distância desde o início da pandemia

Discordo totalmente

Apenas discordo

Apenas concordo

Concordo totalmente

3. Senti que houve valorização dos profissionais da educação durante a pandemia de COVID-19

Discordo totalmente

Apenas discordo

Apenas concordo

Concordo totalmente

4. A modalidade de ensino remoto foi desafiadora em relação a adaptação

- Discordo totalmente
- Apenas discordo
- Apenas concordo
- Concordo totalmente

5. Tive dificuldades pessoais para atuar no ensino remoto

- Discordo totalmente
- Apenas discordo
- Apenas concordo
- Concordo totalmente

6. Observei dificuldades por parte das famílias dos alunos para acompanhar o ensino remoto

- Discordo totalmente
- Apenas discordo
- Apenas concordo
- Concordo totalmente

7. Notei dificuldades na aprendizagem dos alunos com o ensino remoto

- Discordo totalmente
- Apenas discordo
- Apenas concordo
- Concordo totalmente

Qual sua percepção acerca do planejamento do ensino diante da pandemia de Covid-19 no município de Quaraí- RS?

ANEXO 2

Entrevista com a Equipe Coordenadora de Educação Municipal

- 1) Como ocorreu a implementação do ensino remoto durante a pandemia?
- 2) Houveram capacitações para os professores a fim de atuarem de forma remota?
- 3) Sob a ótica da Secretaria da Educação, houveram desafios na implementação do ensino remoto. Se sim, quais foram os desafios?
- 4) A meta 10 do Plano de Educação para Quaraí entre 2015-2025 menciona a valorização dos profissionais do magistério. Quais são as estratégias implementadas pela Secretaria Municipal de Educação para valorização dos profissionais do magistério da rede pública de ensino para o município de Quaraí no período 2020-2021 diante da pandemia de Covid-19?